



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-FECAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARINALDO SOUZA PEREIRA

**A VEREANÇA NO CONTEXTO DO CAMPO POLÍTICO DE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FENÔMENO POLÍTICO DO
CLIENTELISMO NA ESCOLA NOVAVIDA**

MARABÁ-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Pereira, Marinaldo Souza

A vereança no contexto do campo político de São Domingos do Araguaia-PA: um estudo de caso sobre o fenômeno político do clientelismo na Escola Nova Vida / Marinaldo Souza Pereira ; orientador, André Oda ; coorientadora, Paola Giraldo. Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. São Domingos do Araguaia (PA) - Aspectos políticos. 2. Vereadores - São Domingos do Araguaia (PA). 3. Clientelismo. 4. Elites (Ciências sociais) - Atitudes. I. Oda, André Augusto Inoue, orient. II. Giraldo Herrera, Paola, coorient. III. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 320.98115

Elaborada por Alessandra Helena da Mata Nunes - CRB2/586

MARINALDO SOUZA PEREIRA

**A VEREANÇA NO CONTEXTO DO CAMPO POLÍTICO DE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FENÔMENO POLÍTICO DO
CLIENTELISMO NA ESCOLA NOVAVIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Marinaldo Souza Pereira para a obtenção da graduação de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa – Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO.

Orientador: Dr. André Oda

Coorientadora: Dra. Paola Giraldo

MARABÁ-PA

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARINALDO SOUZA PEREIRA

**A VEREANÇA NO CONTEXTO DO CAMPO POLÍTICO DE SÃO DOMINGOS DO
ARAGUAIA-PA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FENÔMENO POLÍTICO DO
CLIENTELISMO NA ESCOLA NOVAVIDA**

Aprovado em 02 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. André Oda (Unifesspa/FACSAT/ICH)

Prof. Examinador Dr. Rafael Gumiero (Unifesspa/ FACE/IEDAR)

Prof^a. Examinadora. M.^a Ailce Margarida (Unifesspa/FECAMPO/ICH)

Dedico este trabalho a minha querida mãe
Marinalva Souza, e a minha amada noiva
Janaira da Silva Gomes.

AGRADECIMENTOS

Extremamente grato pela orientação do professor André Oda e da minha coorientadora Paola Giraldo, por suas relevantes contribuições ao meu aprendizado e elaboração deste trabalho.

Muito grato a todos os professores e professoras da Faculdade de Educação do Campo e a todos os colegas deste curso, pois suas contribuições foram fundamentais à minha continuidade na universidade.

Agradeço os meus familiares e amigos que sempre me prestaram total apoio nesta trajetória acadêmica, em especial meus nobres amigos e colaboradores Ricardo Oliveira, João Antônio Pereira de Miranda, Osmar Cidil e Dianete Oliveira.

Grato também às minhas queridas amigas Ludmilla Ribeiro e Luana Alves pelo carinho e apoio.

A minha mãe e a minha querida noiva pelo apoio e contribuições.

Epígrafe

Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de serem falados. (BOURDIEU, 2004, p. 191-192).

RESUMO

O presente trabalho trata da perspectiva de funcionamento do campo político de São Domingos do Araguaia-PA no contexto da câmara de vereadores. O interesse por esta temática parte do pressuposto da necessidade de uma visão mais ampla acerca das dinâmicas políticas envolvendo o Legislativo municipal sãodominguense, visando assim superar as concepções reducionistas sobre as relações políticas existentes no seu contexto. Dentro destas perspectivas, este trabalho dedicou-se sobretudo às análises dos perfis das elites locais que ocuparam a vereança nos últimos dois mandatos, assim como dos agentes políticos que percorreram o Executivo municipal ao longo de sua história política. A pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica, abordando discussões sobre os principais conceitos e teorias trabalhadas no âmbito das ciências políticas, assim como bibliografias acerca dos processos de formação da região do Sudeste paraense. A seguir, na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas estruturadas com vereadores e moradores do município, assim como observações *in loco*. Os resultados mostraram que o campo político de São Domingos do Araguaia no contexto da vereança é ocupado por agentes políticos oriundos de setores modestos da população local, tal qual há uma instabilidade significativa na carreira política dos parlamentares. Concluiu-se que há um desinteresse das principais elites locais nas disputas pelo cargo de vereador devido a posição subalterna da câmara em relação ao Executivo municipal. Concluiu-se também que os quatro vereadores reeleitos no último processo eleitoral tiveram êxito nas suas conservações de mandato devido serem base do Executivo, e que dentro destas perspectivas, conforme apontara um estudo de caso em uma comunidade onde atua um dentre eles, possibilitou a existência de relações clientelistas, importante ferramenta de conservação e aquisição de capital político.

Palavras-Chave: Campo político. Vereança sãodominguense. Clientelismo. Escola Nova Vida.

ABSTRACT

This paper deals with the working perspective of the political field of São Domingos do Araguaia-PA in the context of the city council. The interest in this theme assumes the need for a broader view of the political dynamics involving the São Paulo municipal legislature, in order to overcome the reductionist conceptions of the political relations existing in its context. Within this perspective, this work was mainly devoted to the analysis of the profiles of the local elites who occupied the verse in the last two mandates, as well as the political agents that have traveled the municipal executive throughout its political history. The research started from a bibliographical review, approaching discussions about the main concepts and theories worked in the scope of the political sciences, as well as bibliographies about the processes of formation of the southeastern region of Pará. Then, in the field research, structured interviews were conducted with councilors and residents of the municipality, as well as on-site observations. The results showed that the political field of São Domingos do Araguaia in the context of *vereança* is occupied by political agents from modest sectors of the local population, as there is a significant instability in the political career of parliamentarians. It was concluded that there is a lack of interest of the main local elites in the disputes for the position of councilor due to the subordinate position of the chamber in relation to the municipal Executive. It was also concluded that the four councilors reelected in the last electoral process were successful in their conservations of office due to being the base of the Executive, and that, as indicated by a case study in a community where one of them operates, made possible the existence of clientelistic relations, an important tool for the conservation and acquisition of political capital.

Keywords: Political field. Councilors of São Domingos. Clientelism. Nova Vida School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO SUDESTE PARAENSE	10
1.1 O Início da Exploração da Região: A Criação do Burgo do Itacaiúnas e o Extrativismo Vegetal	11
1.2 O Ciclo Econômico da Castanha e o Poder das Oligarquias	12
1.3 A “Era” da Oligarquia Mutran	16
1.4 Políticas de “Ocupação” e o Avanço do Grande Capital na Região Amazônica.....	18
1.5 Migração e Ocupação das Terras Devolutas.....	20
1.6 A Formação Territorial de São Domingos do Araguaia	22
2 A TRAJETÓRIA DA CAMÂRA MUNICIPAL NO BRASIL	26
2.1 O Fenômeno Político do Clientelismo no Brasil	31
2.2 Morfologia Social dos Vereadores de São Domingos do Araguaia: Uma Abordagem Bourdiesiana	34
2.3 Da Instabilidade Política e dos Grupos Familiares na Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia	44
2.4 Executivo Municipal: O Topo da Carreira Política Local	53
3 PROJETO DE ASSENTAMENTO VENEZA E O CLIENTELISMO NA ESCOLA NOVA VIDA	57
3.1 A Formação do Assentamento	58
3.2 A Escola Nova Vida e o Clientelismo	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

As políticas desenvolvimentistas adotadas pelo regime militar direcionadas ao Sul e Sudeste paraense culminaram em um intenso processo migratório à estas regiões. Os grandes projetos desenvolvidos nestas áreas geraram expectativas de melhoria de vida a milhares de migrantes oriundos de várias partes do país, sobretudo da região Nordeste, fortemente marcada pela desigualdade social. Conforme ressalta Morbach (2012), este processo migratório impulsionado pelo avanço do grande capital envolvendo a região de Carajás resultou em um intenso aumento populacional, que por sua vez, após a promulgação da Constituição de 1988 com a flexibilização das leis de emancipação, resultaria na formação de vários pequenos municípios.

Situado na região de Carajás, em específico no sudeste paraense, o município de São Domingos do Araguaia é produto das políticas de incentivo a migração para a ocupação da Amazônia adotadas durante o regime militar. Este processo migratório por sua vez tivera grandes influências no perfil da vereança do referido município, composta em sua grande maioria por agentes sociais de origem migrante modesta e camponesa. Para Morbach (2012) esta presença de camponeses na gestão política local é típica de cidades pequenas em regiões onde a população rural é marcante. A região de Carajás, segundo ela, está inserida neste contexto.

Durante a análise dos perfis dos vereadores da câmara municipal são Domingos dos dois últimos mandatos (2013-2017), buscou-se também verificar a origem de seus capitais políticos. Para tanto, foram levantadas informações acerca de suas atividades profissionais, nível de escolaridade, origem familiar etc. Porém, tais ações não objetivaram somente as análises individuais de cada parlamentar, e sim também, como um todo, as principais características do campo político local no que diz respeito ao legislativo.

Dentro desta perspectiva, verificou-se a inexistência de elites com significativo capital intelectual, cultural e econômico ocupando o legislativo, assim como uma relativa instabilidade do mandato de vereador no que diz respeito à possibilidade de permanência nos cargos através de reeleições. Supôs-se então que este primeiro fator é resultado das poucas atribuições e poder efetivo da câmara, resultando assim em um desinteresse das grandes elites locais pelo legislativo. Por sua vez, concluiu-se que o segundo fator é resultado da paridade de capitais entre os vereadores.

Fazendo uma análise no que diz respeito à reeleição, no município os índices se apresentaram baixos. No último pleito eleitoral verificou-se que dos quatro vereadores reeleitos, todos eram camponeses e compunham a base do executivo. Fazendo uma reflexão acerca deste aparente paradoxo de sobrepujança de agentes sociais oriundos de setores politicamente modestos em relação aos demais parlamentares do meio urbano, presumira-se que tal fator fora possível graças: a) à baixa concorrência eleitoral dentro das comunidades camponesas em que atuavam; b) ao peso político relativamente grande da experiência política adquirida por estes agentes em instituições políticas (sindicatos e associações) e religiosas, c) a maiores facilidades na formação de redutos eleitorais em zonas rurais; e d) maiores possibilidades de apoio do executivo no que diz respeito à concessão de recursos da máquina pública, ferramenta essencial à manutenção do mandato político.

Ainda no que diz respeito à reeleição, foi realizado um estudo de caso também em uma comunidade rural, no Projeto de Assentamento Veneza, onde atua um vereador dentre os quatro reeleitos no último processo eleitoral. Fora constatado durante este momento que tal liderança política mantinha relações de cunho clientelístico na comunidade, em especial dentro de sua principal instituição de ensino formal, a escola municipal Nova Vida. Assim, fora verificado que os cargos públicos existentes dentro desta escola eram utilizados como “moeda de troca” no objetivo de manutenção de seu mandato.

Sendo a figura do vereador a principal força política das comunidades locais são Domingueses e o agente político mais próximo da população, a importância desse estudo deve-se a necessidade de uma maior compreensão acerca das dinâmicas da câmara de vereadores no contexto do campo político de São Domingos do Araguaia, buscando compreender como ocorrem as disputas no seu âmbito, e quais os principais reflexos disso na sociedade são Dominguesa.

Dentro daquilo que fora exposto antemão, o presente trabalho tem como problemática a seguinte: Quais as principais origens dos capitais políticos dos vereadores e vereadoras de São Domingos do Araguaia-PA que exerceram mandato entre 2013 e 2020?

O objetivo geral deste estudo é analisar, por meio de suportes teóricos, as dinâmicas do campo político são Dominguesa no que diz respeito ao Poder Legislativo municipal.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: descrever os perfis dos vereadores que ocuparam o legislativo nos últimos dois mandatos; identificar os principais grupos familiares que ocuparam a vereança ao longo da história do município;

analisar as principais estratégias de conservação de mandato e de dominação política dos parlamentares sãodominguenses.

Para a realização deste trabalho fora efetuado um levantamento bibliográfico a fim de verificar os principais conceitos, características e funcionamento da política brasileira, assim como bibliografia envolvendo o processo de formação e ocupação da Amazônia. Destarte, foram consultados livros, artigos, dissertações, teses e sites abrangentes de tais temáticas. Para a coleta de dados dos estudos de casos foram realizadas entrevistas com 18 vereadores que exerceram mandatos entre 2013-2020, acompanhamentos às sessões na câmara, às reuniões no projeto de Assentamento Veneza, visitas às escolas e secretaria de educação do município, assim como inspeções nos sites do TRE-PA e TSE.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo faz uma abordagem do processo de ocupação e formação das regiões do sul e sudeste do Pará dentro de uma perspectiva econômica. Assim, os enfoques das discussões acerca destes processos históricos partem dos períodos do extrativismo aos períodos de avanço do grande capital nestas regiões. No segundo capítulo é realizada uma descrição dos processos sócio históricos envolvendo a câmara municipal no Brasil, tal qual uma análise do campo político de São Domingos do Araguaia, com enfoque na câmara municipal.

O terceiro e último capítulo trata-se de um estudo de estudo de caso sobre o fenômeno político do clientelismo dentro do Projeto de Assentamento Veneza como estratégia política de um vereador local.

1 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO SUDESTE PARAENSE

O território do sudeste paraense está inserido dentro de um contexto histórico permeado de profundas transformações, ocorridas ao longo do seu processo de ocupação e formação. Estas intensas transformações por sua vez estão intrinsecamente ligadas a expansão do grande capital na região. Neste sentido, o início da exploração da região nos moldes capitalista foi o principal elemento que culminara no aceleração do processo de “ocupação” e consequentemente na formação do território. No entanto este processo culminou na expropriação, sobretudo dos povos indígenas, do seu território, pois, “as *terras tribais* eram praticamente todas as terras da região. Depois, pouco a pouco, ou com a rápida violência, os indígenas foram rechaçados de suas terras” (IANNI, 1979, p. 176)

A economia do sudeste paraense ao longo de sua ocupação e exploração, sobretudo a partir do início do século XX, sofreu grandes transformações que tiveram implicações

profundas nas características deste território. De forma linear, podemos dizer que as principais atividades econômicas realizadas na região, em primeiro momento, partem da extração vegetal da borracha e principalmente da castanha-do-Pará, “na área conhecida como Médio Tocantins, até às formas modernas de exploração, caracterizada pela presença do grande capital nacional e internacional, através das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para esta região” (SILVA, 2015, p. 24). Porém, apesar da predominância de certas atividades econômicas ao longo da formação histórica da região, deve-se ressaltar as especificidades dos ciclos econômicos ocorridos em cada microrregião do território do sudeste paraense.

O extrativismo vegetal não somente marcara o início da ocupação da região, como também foi a economia predominante durante várias décadas. Diversas foram as transformações que se sucederam nos períodos deste modo de exploração econômica, dentre as quais se destacam as relações de poder, de trabalho e o uso da terra. As relações de poder, tanto de cunho social, político, e econômico, sempre foram determinantes em todos processos envolvendo a região, como veremos a seguir.

1.1 O Início da Exploração da Região: A Criação do Burgo do Itacaiúnas e o Extrativismo Vegetal

O processo de exploração do território do sudeste paraense, em específico da região de Marabá e São João do Araguaia, tem um histórico bastante antigo, datado do final do século XIX. Apesar do extrativismo vegetal ter sido crucial desde os primórdios no processo de formação da região, é importante ressaltar que o início de sua exploração fora ocasionado por outros fatores, também de cunho econômico, somadas a antagonismos políticos (VELHO, 1981).

O estouro de conflitos políticos entre um partido de padres católicos e florianistas na região de Boa Vista do Tocantins¹ no final do século XIX ocasionou o êxodo dos derrotados, ou seja, dos partidários florianistas, tanto em direção ao Norte quanto ao Oeste. Um pequeno grupo que se dirigira ao Norte seguiu o Tocantins em direção ao Itacaiúnas. Durante este período fora se cristalizando a crença na existência de extensos pastos naturais atrás da floresta à margem do rio Tocantins (VELHO, 1981). Este grupo liderado pelo florianista Carlos Gomes Leitão e composto por um contingente de criadores e comerciante estabeleceram ali próximo ao Itacaiúnas, com o apoio financeiro do governador Lauro Sodré,

¹ Atual Tocantinópolis-Go

o Burgo do Itacaiúnas (VELHO, 1972 apud EMMI 1987). Este teria sido o primeiro núcleo populacional a partir do qual derivaria Marabá.

Poucos anos após a criação do Burgo, mais precisamente em 1897, deu-se início à exploração da borracha na região do Tocantins em pleno auge do “surto” da borracha na Amazônia. Também neste mesmo período dava-se início a exploração da castanha. Sendo assim, houve então o deslocamento das atenções para as atividades extrativistas, principalmente do caucho. Dentro desta perspectiva, tais fatores foram determinantes para decadência do Burgo. (VELHO, 1981). O seu desaparecimento também significava naquele contexto um certo desengano com relação a atividade pecuarista na região, que somente décadas depois, com a decadência da economia extrativista e com as políticas de “integração” da Amazônia, viria a ser uma das atividades econômicas predominantes, porém com aspectos amplamente diferente daquele período. Emmi (1987) ressalta que após estes fatos, ocorreu o deslocamento das famílias que ali residiam para a foz do Itacaiúnas, dando início a atual cidade de Marabá.

A migração do Burgo do Itacaiúnas para o novo povoado, em tese, significou o fim da colônia agrícola e sua substituição por um centro comercial baseado ao redor do extrativismo vegetal, na qual neste período o caucho era a principal matéria-prima. Porém o ciclo da borracha foi de curta duração, em parte devido à sua extração exigir a destruição da planta de onde provinha a goma (VELHO, 1981). No entanto, esta decadência na exploração dos cauchais não significaria o fim da economia extrativista na região do sudeste paraense. Outro produto viria a substituir a importância econômica da borracha, e desempenharia um importante papel na economia regional, porém de uma forma muito mais ampla, e de relações mais complexas. Este produto seria a castanha –seu ciclo econômico representou um grande marco na história da região, e durante muito tempo foi a economia predominante.

1.2 O Ciclo Econômico da Castanha e o Poder das Oligarquias

A região do Médio Tocantins, desde os fins do século XIX, teve como pilar econômico o extrativismo vegetal, e neste período tinha como principal produto a borracha. Apesar deste produto ter se constituído como predominante na economia da região, seu período mais prolífico foi também de curta duração, uma vez que sua descoberta nesta área se deu em uma época relativamente próxima ao declínio da economia da borracha na Amazônia (EMMI 1987; VELHO 1981). Este fator por sua vez ocasionaria um evento semelhante àquele ocorrido após a decadência do burgo do Itacaiúnas –o abalo econômico e o

significativo despovoamento da região. Porém não ocorreu nesse território do Médio Tocantins um total “esvaziamento demográfico”, isso porque, primeiramente, tal área era também ocupada por povos indígenas. Além disso, o que houve de fato com o declínio da borracha foi o redirecionamento das forças produtivas, ou seja, capital e trabalho, para outro produto em especial: a castanha-do-pará, que justamente neste período encontrava “boa receptividade no mercado exterior em expansão” (EMMI, 1987, p. 59). Com isso pode-se então afirmar que mesmo com a crise da borracha, a região mantivera-se como base econômica o extrativismo vegetal.

Apesar das relações de poder, subordinação, conflitos e exploração da força de trabalho ter sido marcante na história sobre os castanhais do vale do Tocantins, no início de sua exploração estes fatores não eram peculiares desse até então novo processo produtivo, fator que fazia, sobretudo dos coletores, trabalhadores autônomos. É dentro deste contexto que Velho (1981) descreve esta primeira fase da coleta da castanha como a fase dos “castanhais livres”, onde era praticamente nula essa relação de “empregado” e “patrão”. Para o autor essa liberdade na coleta do produto era favorecida pela abundância dos castanhais próximos aos núcleos de moradias dos coletores. Destarte, não era relevante o problema do abastecimento dos castanheiros, como por exemplo, de mantimentos.

Para Emmi (1987), passados alguns anos do início da exploração da castanha, na década de 40, ocorrera um abalo na facilidade da coleta, ocasionado através da alienação pelo Estado dos castanhais mais próximos e produtivos a particulares. Com isso, os coletores tiveram que se aventurar na densa floresta, onde ainda persistia áreas livres de coleta. Dava-se início ao fim dos “castanhais livres”, culminando em uma nova fase da exploração da castanha, fase do monopólio oligárquico, marcada pelas relações de poder, violência e subordinação.

Com o distanciamento dos castanheiros dos núcleos populacionais e a ocupação de grandes áreas por particulares, criava-se uma relação de dependência destes coletores com comerciantes da capital, surgindo neste contexto o sistema de *aviamento* e a figura do *barracão*. Gerido pelo mercador em nome do detentor do castanhal e instalado na floresta próximo ao aglomerado dos coletores, o barracão possuía os produtos e mercadorias essenciais para a exploração da castanha e para a sobrevivência na mata densa (instrumentos de trabalho, mantimentos para o período entre safras, além de bens de consumo, como por exemplo, o fumo e etc.). No entanto, com preços muito acima daqueles praticados nos mercados metropolitanos, tornava-se um meio de endividamento não apenas inevitável, mas

projetado para aprisionar os castanheiros nessa relação. Uma vez ocorrendo este aprisionamento, a forma mais viável de quitar a dívida era a prestação de serviço para o credor. Esta prestação, no entanto, como anteriormente, exigia certas mercadorias e produtos indispensáveis, e sendo estes adiantados pelo mercador do “barracão” ao coletor, tal processo de endividamento torna-se um ciclo vicioso no qual os coletores resultavam amarrados.

Na tentativa de evitar o endividamento:

Os castanheiros tentavam manter-se durante a safra o mais autossuficiente que fosse possível, para evitar as dívidas nos barracões do castanhal. Alimentavam-se em boa parte de caça, da própria castanha e do seu leite, do açaí, do cupuaçu etc. Mesmo assim não podiam deixar de recorrer ao barracão em busca de munição, querosene, sal, açúcar, café, fumo, farinha etc.; a não ser que ainda estivessem muito próximos a Marabá, o que cada vez mais deixava de ser a regra geral (VELHO, 1981, p. 52).

A dominação das áreas de castanhais, ou seja, o monopólio da exploração da castanha por parte de pequenos grupos familiares e empresas exportadoras, só fora possível graças à posse da terra, e esta por sua vez era dependente de um “suporte político” favorável (EMMI, 1987), isto é, o exercício do poder estadual, decisivo na distribuição desigual das concessões de terra para a exploração da castanha. Há então aí uma clara relação entre o poder econômico e o domínio político, e era dentro desta perspectiva que durante o período em que estas oligarquias exerceram sua dominação sobre a região do Médio Tocantins, que o aparelho estatal se tornou também amplo campo de disputas.

De acordo com Velho (1981), o principal dos fatores que conduziu à região a um verdadeiro monopólio não se devia somente às disputas locais pelo exclusivo da exploração econômica extrativista, senão também, naquele contexto, à necessidade de integração da região ao esquema de poder da República Velha. Sendo assim, o início da concessão de terras pelo sistema de arrendamento dos castanhais estava envolvido em um campo de relações política de cunho clientelista entre o Governo do Estado e as oligarquias locais. O autor ainda menciona a gênese da criação deste sistema oligárquico na região do vale tocantinense, na qual segundo ele deu-se nos anos de 1925, como sendo uma reivindicação de Deodoro de Mendonça aos correligionários do Estado, e por fim, uma aliança entre interesses políticos e econômicos pelo domínio da região.

A posse da terra, fator fundamental para o monopólio econômico da extração da castanha evidencia sua intrínseca relação com a política nas medidas adotadas pelo Estado ao longo do ciclo econômico da castanha. Deste modo, a transição de áreas públicas de castanhais à “propriedade” privada deu-se através de ações políticas-jurídicas, as quais

constantemente originavam leis de terras licitando à concessão exclusiva de áreas castanheiras a grupos familiares pertencente à classe política ou ligados a ela.

Apesar de ter havido outros grupos familiares ou empresariais detentores do poder econômico na microrregião de Marabá que dominava a extração da castanha, sobretudo através da posse da terra, Emmi & Marin (1996) descrevem dois grupos familiares hegemônicos em dois períodos. Assim, dos anos 1920 ao fim da década de 1940, essa dominação foi exercida pelo grupo de comerciantes da castanha e pelo secretário de governo, Deodoro de Mendonça. A partir de 1950 foi outro grupo de comerciantes, a família Mutran, que assume posição hegemônica na política e na economia regionais. Estas Oligarquias:

Exerceram poder absoluto no município, detendo o controle total da terra que dividiam entre si, impedindo a outros o acesso aos castanhais. Controlaram o poder político alternativamente, monopolizando a Câmara Municipal e delegando, através das eleições, seus membros às assembleias estaduais e municipais. (EMMI & MARIN, 1996, p. 06).

O monopólio da exploração dos castanhais nos períodos acima citados era possível devido a um conjunto de fatores: controle da extração, comercialização, escoamento da produção. A influência política, no entanto, era determinante para o principal destes fatores, a posse da terra.

A luta pelo monopólio econômico no Médio Tocantins engendrou uma ampla estrutura de controle sobre a região, sobretudo em relação aos grupos mais subalternizados. Tal estrutura mostrou-se tão eficaz que, tanto para Velho (1981) como para Emmi (1987), resistiu, de certa forma, às mudanças ocasionadas pela Revolução de 30, não culminando assim na desorganização total destas oligarquias. “Tratava-se de uma arma política por demais valiosa para ser desprezada” (VELHO, 1981, p. 53)

Se por um lado o movimento em nível nacional ocorrido em 1930 não desarticulou inteiramente as oligarquias da microrregião marabaense, por outro lado, ele viria a restringir e suavizar o mando local do núcleo familiar hegemônico no período, a saber, o de Deodoro de Mendonça. Tal fator ocorrera devido as medidas políticas centralizadoras do novo governo, através da nomeação de interventores. Sendo assim, não havia uma relação direta entre o executivo estadual nomeado, com estas oligarquias. Além do mais, como bem assinala Emmi (1987), Deodoro de Mendonça foi destituído do cargo de Secretário geral do Estado, diminuindo assim o seu poderio político, crucial para o seu domínio e monopólio dos castanhais. A autora, no entanto, enfatiza que após a saída do interventor Magalhães Barata e com a eleição do novo governador José da Gama Malcher em 1935, e sua nomeação a interventor dois anos depois do movimento do Estado Novo, o grupo de Deodoro de

Mendonça, novamente com as graças do poder executivo estadual em suas ações de concessão de áreas de castanhais, reacendeu sua hegemonia na região, porém com a concorrência de empresas exportadoras de castanha, dentre as quais se destacavam a Borges & Cia.

Apesar do governo de Malcher ter se constituído um elemento fundamental para a retomada do poder do grupo de Deodoro de Mendonça, a situação referente ao comércio da castanha durante a década de 40 seria abalada pelo advento da II Guerra Mundial. Houve então uma depreciação da castanha nos mercados internacionais, e a economia extrativista sofreu um abalo, ocorrendo o abandono de diversas empresas e grupos comerciais das atividades de exploração extrativista e o redirecionamento de seus investimentos às atividades mineradoras, aquecidas pela guerra mundial.

1.3 A “Era” da Oligarquia Mutran

Findada a segunda guerra mundial o mercado externo aos poucos começara a recuperar-se. A castanha assim, acompanhando a reestruturação do mercado externo, lentamente foi recuperando sua força, e no início da década de 50 novamente tornou-se um produto de grande potencial, recolocando o extrativismo como atividade predominante na região. Destarte, “a região dos castanhais tocantinenses voltou a se tornar um atrativo para inúmeros trabalhadores” (PEREIRA *et al*, 2017).

Um grupo em especial, valendo-se do espaço deixado pela empresa exportadora de castanha em Marabá, Dias & Cia, passaria a ser o grande monopolista do comércio da castanha. Esta nova oligarquia era a família Mutran, chefiada por Nagib Mutran. Sendo oriundos da Síria, começaram seus negócios no Maranhão onde comercializavam e de onde migraram para a região de Marabá, e aos poucos passaram de simples aviados pela firma Borges & Cia a aviadores, e já nos fins da década de 40 apareceram como grandes compradores de castanha, donos de barcos que transportavam o produto, e exportadores. Além do mais, já possuíam neste período um significativo acúmulo de castanhais aforados (EMMI, 1987).

Assim como outros grupos oligárquicos, como fora o caso do grupo de Deodoro de Mendonça, a família Mutran solidificara seus domínios sobre grandes áreas de castanhais por meio do “apadrinhamento” político. Era graças às concessões do poder executivo estadual, sobretudo através de títulos de arrendamento ou aforamento para a exploração da castanha, que estes grupos monopolizavam boa parte dos castanhais. No entanto, à “seleção” dos

arrendatários ou aforadores seguia critérios, dentre o qual, o elementar era a fidelidade político-partidária.

Um evento de cunho político ocorrido na década de 1950 fora decisivo para a ascensão da família Mutran no comércio da castanha. Tanto para Velho (1981) como para Emmi (1987), o início desta década, sendo um período de redemocratização, foi marcado pelas disputas políticas eleitorais entre o PSD, liderado por Joaquim Magalhães Barata e as forças anti-baratistas, representada no Pará pelo general Zacarias Assunção. Pertencendo a este último grupo, a família Mutran obtivera grandes vantagens com a vitória do General Zacarias Assunção ao cargo do Executivo Estadual, não somente pela ligação partidária e sim também devido serem um de seus maiores apoiadores e aliados.

Ainda de acordo com Velho (1981) e Emmi (1987), no final do mandato do referido governo, especificamente em 1954, foi aprovada a Lei nº 913 que dera novos rumos às políticas de concessão dos castanhais. Uma nova modalidade nas concessões de áreas castanheira foi adotada –o aforamento, que dava exclusividade aos indivíduos que tivessem anteriormente arrendado uma determinada área pretendida, também garantia uma apropriação mais sólida dos castanhais. Este direito de renovação contratual, uma vez cumprida as leis de aforamento, “constituía-se numa forma de aforamento perpétuo” (VELHO, 1981, p. 67).

Uma vez que, tendo a família Mutran arrendado diversas áreas, facilitado pelo vazio de concorrência deixado pelas empresas exportadoras que haviam abandonado a exploração da castanha devido à depressão no mercado internacional, as leis de aforamento significavam a consolidação da posse de extensas áreas de castanhais. Porém, novamente vale observar a indispensabilidade de ter à disposição as relações político-partidárias neste processo de favorecimento à esta oligarquia.

A família Mutran durante décadas monopolizou a economia extrativista da castanha na região do Médio Tocantins. Este monopólio por sua vez decorreu também dos monopólios dos meios de transporte e do comércio, além dos “apadrinhamentos políticos”. Tal período é lembrado na memória social como uma época de “dominação pela força e pelo dinheiro” (EMMI, 1987, p. 102). Este mando, no entanto, foi desestruturado pelos novos interesses do grande capital na região, apoiado por um “movimento político” que se apropriara das direções da nação e que não possuía relação com este grupo. Sendo assim, o golpe militar de 1964 veio a ocasionar profundas mudanças à região, estas transformações por sua vez foram amplamente danosas ao mando das oligarquias regionais.

As novas direções que a economia da região passou a seguir após o regime militar e sobretudo a partir dos anos setenta com as políticas de “ocupação” da região amazônica viria

a dissolver o mando quase absoluto das oligarquias castanheiras em Marabá e região. As atividades de mineração, o garimpo, a inserção de empresas agrícolas de capital sudestino e estrangeiro associados em grandes extensões de terra, e a pequena produção agrícola de proprietários autônomos viria a romper com o monopólio de poder destes grupos, fundamentado no exclusivismo da extração da castanha. O isolamento da região, fator relevante para o controle sobre os moradores locais foi superado pela abertura de dezenas novas rodovias. Destarte, com a perda do monopólio econômico e da burocracia, as oligarquias castanheiras viria a perder sua hegemonia mantida durante décadas sobre a população regional, uma vez que não possuía nenhuma ligação com o novo regime. (EMMI, 1987; IANNI, 1979).

Um outro fator de enorme relevância e que causou sérios impactos negativos às oligarquias foi a passagem da região marabaense à área de segurança nacional. Isso veio a acarretar um rompimento das relações de poder que estes grupos possuíam com os poderes públicos, uma vez que, como já ressaltado antemão, os seus interesses não condiziam com o interesse do novo regime, inteiramente voltado a atender as demandas do grande capital nacional e internacional. Além disso, as disputas de terras eram agora decididas por órgãos federais como o GETAT e SUDAM.

1.4 Políticas de “Ocupação” e o Avanço do Grande Capital na Região Amazônica

A Amazônia historicamente foi uma região economicamente baseada no extrativismo, e durante diversas décadas, praticamente todas as principais atividades econômicas desenvolvidas em seu território eram de cunho extrativista. Ianni (1979) ressalta que no apogeu da borracha ocorrido entre os anos de 1890 a 1912, a região praticamente tornou-se monoextrativista. No entanto, o autor enfatiza que a partir de 1964-1978, ocorreu na região um desenvolvimento extensivo do capitalismo, abrangendo não apenas o extrativismo, mas também desenvolvendo amplamente outras atividades como a agropecuária e a mineração.

Antes do governo militar, iniciado em 1964, atividades econômicas como agricultura e a pecuária limitavam-se ao mercado local e/ou mesmo a subsistência dos pequenos grupos familiares existentes na região. Isto se devia sobretudo pela pouco incentivo do Estado à estas atividades. O extrativismo, no entanto, era predominante, alcançando para além do mercado regional, o mercado nacional e internacional. Porém, estes fatores não anulavam naquele momento histórico a importância da agricultura e da pecuária (IANNI, 1979).

A partir dos anos 50 a economia da região passara a ter novos rumos. Isto porque no fim da II Guerra a borracha cultivada da Ásia se sobrepôs a natural Amazônica no mercado internacional. O governo então passou a se preocupar com a economia da região, objetivando assim ampliar suas atividades econômicas. Isso tornou-se evidente com a criação da Lei de nº 1164 de 30 de agosto de 1950, que transformou o Banco de Crédito da Borracha S.A no Banco de Crédito da Amazônia, e com a criação da SPVEA em 1953. (IANNI, 1979).

Apesar das medidas adotadas pelo Estado brasileiro na década de 50, foi a partir do governo militar na década de 60 que ocorreram as mudanças mais radicais no contexto da região Amazônica. As políticas de integração culminaram em drásticas transformações sociais e econômicas. Estes fatores estão intrinsecamente ligados as iniciativas do regime em atrair investimentos para a região a fim de desenvolver e ampliar atividades econômicas da agricultura, pecuária, mineração, e da indústria. A SUDAM foi o principal órgão criado pelo governo almejando o deslocamento de grandes investidores para o território amazônico. Porém, estava acoplada a SUDAM outras inúmeras medidas como a inauguração da rodovia Belém-Brasília, a criação do BASA e da SUFRAMA. As mudanças mais notáveis neste período correspondente a 1964-78, resultantes das ações do governo militar:

Em primeiro lugar dinamizaram e diversificaram as atividades produtivas. Em segundo lugar desenvolveu bastante o sistema creditício, público e privado. Em terceiro lugar, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto desenvolveu e agravou-se a luta pela terra. [...] Em quinto recolocou-se a secular problemática indígena, seja quanto à defesa da sua cultura e terra, seja no que se refere à proletarianização de sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados. E sétimo lugar, reformulou-se amplamente a significação geopolítica da região amazônica, tanto no que diz respeito aos problemas da “defesa nacional” como no que se refere aos problemas da “segurança interna” (IANNI, 1979, p. 61-62).

Um das principais ações do governo efetivadas através da SUDAM no intuito de garantir grandes investimentos para a região amazônica e por tanto à expansão da economia não apenas a nível regional e sim também nacional, concentrou-se nos incentivos fiscais. Estes incentivos por sua vez, ainda que abrangendo outras modalidades econômicas, como é o caso da mineração e do extrativismo, concentrou-se nas atividades agropecuárias. Do total de 549 projetos aprovados por este órgão entre 1965 e 1977, a agropecuária foi o setor mais beneficiado, com exatos 335 projetos. Além da quantidade exorbitante de projetos aprovados referente a este setor, ele ainda contara com 49,70% dos incentivos fiscais liberados pela SUDAM. (IANNI, 1979 p. 77).

A expansão das atividades agropecuárias na Amazônia em muito transformara o cenário da região, sobretudo no campo. Esta modalidade econômica que antes dos grandes projetos era quase exclusivamente de subsistência, assim como dependia das pastagens naturais, com o apoio financeiro do BASA e SUDAM passaram a ter outra conotação. Os pastos artificiais foram substituindo os pastos naturais e à criação bovina foi inserida o gado Gir e Nelore, de origem indiana (IANNI, 1979, p. 80). Com isso os grupos empresariais e os grandes fazendeiros passaram a obter maiores lucros graças ao aumento da produção.

As políticas de desenvolvimentos adotadas pelo governo que visavam ocasionar uma modernização e expansão da economia, avançou sobre o setor de subsistência (campesinato) através da ocupação de vastas áreas de terras que até então eram fartas e devolutas, porém, a partir daí tornaram-se propriedade privada e mercadoria. Os grupos tradicionais que habitavam a região e dedicavam-se à estas atividades de subsistência depararam-se diante de uma realidade de constante coação –fazendeiros, latifundiários, e grupos empresariais –a proteção garantida lhes pelo Estado facilitavam suas ações exploratórias, culminando quase sempre na expulsão destes povos. Sendo assim, o avanço do capitalismo sobre a região amazônica, ocasionou impactos direto na questão agrária, passando a terra livre a ser “capturada” pelos empresariados, fazendeiros e grileiros.

A proteção garantida pelo Estado às grandes empresas e investidores, ou seja, a empresa privada, segundo Ianni (1979, p. 83), ocorreu devido a captura do Estado pelo capital monopolista. Esta tese explica as medidas adotadas pelo governo neste período desenvolvimentista quase únicas e exclusivamente à grande propriedade, sobretudo referente ao acesso à terra e o apoio financeiro para sua exploração. Um dos mais visíveis resultados desta “aliança” entre Estado e capital foi a concentração fundiária, ou seja, vastas áreas de terras sobre o domínio dos detentores de grande capital econômico.

Se por um lado a expansão do capital sobre a Amazônia favoreceu a concentração de terras à uma minoria detentora do poder econômico, por outro ela desfavoreceu a essa mesma minoria uma “posse” pacífica, uma vez que os despossuídos ou desapossados da terra mostraram resistência diante desse abrupto avanço. Na visão de José de Souza Martins (2011, p. 124) esta resistência camponesa se dera pelo fato de que para eles não havia outra forma de inserção social, ou seja, outro modo de vida.

1.5 Migração e Ocupação das Terras Devolutas

A migração para a região Amazônica não ocorreu única e exclusivamente pós 1964 com as políticas desenvolvimentista e de integração da região. Velho (1981), ressalta a criação de pequenos povoados de migrantes na região ainda durante a exploração do caucho (início do sec. XX) e as pequenas colônias agrícolas surgidas com a crenças nos pastos naturais existentes na região do sudeste paraense. Além disso, a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1956-1960 já havia facilitado a entrada de migrantes no território amazônico. Porém, este processo de ocupação migratória expandiu-se a partir de 1970. Ianni (1979, p. 129-130) atribui este fator às políticas de incentivos fiscais aplicadas através do BASA e da SUDAM criados em 1966. Segundo o autor estes incentivos atraíram para a região empresas agropecuárias, de mineração e extrativistas, ocasionando por sua vez a migração de trabalhadores, empreiteiros, gerentes, técnicos, empresários e fazendeiros.

Outro fator que mudara a geografia da região, ocasionado pelo surto migratório, foi a intensificação da ocupação efetiva. Se antes o “nomadismo” marcado pela procura dos pastos naturais e pela sazonalidade do extrativismo era inerente ao caboclo aventureiro, a partir de 1966 a busca pela posse da terra ocasionou uma ocupação efetiva de amplas partes do território amazônico. Ainda que naquele contexto houvesse largas extensões de terras devolutas e poucas ocupadas por indígenas e posseiros, a maciça ocupação migrante ocasionaria sérios problemas na questão fundiária, sobretudo por causa dos grandes empreendimentos que viria a tragar grande parte destas terras.

Trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados – camponês e operários – estavam buscando terras devolutas, para ali construir seu lugar, sua vida, a roça e a criação, a moradia habitual e a cultura efetiva. [...] Buscavam terra. (IANNI, 1979, p. 133).

As terras do Norte eram ansiadas principalmente pela sua fertilidade e riqueza mineral, tornando assim visadas pelos mais diferentes sujeitos –do camponês que sonhava praticar a agricultura de subsistência aos grandes fazendeiros e latifundiários ansiosos pela prática extensiva da agropecuária e da especulação imobiliária (fundiária) –iniciava-se ali naquele período uma corrida em busca da posse da terra. Ianni (1979, p. 129) chama de “reforma agrária espontânea” este movimento camponês de ocupação efetiva na região amazônica. Mas ressalta que este fluxo viria a antagonizar-se aos movimentos de expansão do capital na Amazônia, promovido em grande parte pela burguesia fundiária apoiada pelo poder estatal.

1.6 A Formação Territorial de São Domingos do Araguaia

A formação do município de São Domingos do Araguaia está diretamente ligada aos processos sócio históricos ocorridos no município vizinho de São João do Araguaia, por ter sido distrito desse município durante mais de quatro décadas. Por sua vez, VELHO (1981) assinala que São João do Araguaia, nas confluências do rio Araguaia e Tocantins, mantivera-se estagnado, assemelhando-se a um tipo de povoado decadente de origem colonial. Porém o autor ressalta que sua criação é resultado de sua localização, considerada estratégica na época (final do sec. VXIII). Nesta perspectiva, a fundação do município dera-se através da criação, por iniciativa do governo do Grão-Pará, de um entreposto militar nas confluências dos respectivos rios, objetivando conter o contrabando de metais preciosos e de mão-de-obra escrava rumo ao oeste do Brasil Colônia.

São João do Araguaia mantivera-se inerte em seu desenvolvimento econômico. Isto porque os terrenos em volta eram acidentados, além de terem donos, fator que desestimulava a entrada de outras pessoas na área. A descoberta de um garimpo a 7 km da sede do município prejudicou ainda mais a atratividade pelo local, e por sua vez atraiu diversos indivíduos do Goiás, Maranhão, Piauí, e do próprio São João do Araguaia para a área de garimpagem. Apesar do garimpo ter tido curta duração, ele dera origem à Vila Apinagés, que mais adiante em 1961, com a emancipação de São João do Araguaia², houve reivindicações para que ela fosse a sede do município. Uma das vantagens que a Apinagés possuía sobre o povoado de São João do Araguaia era os portos de melhor qualidade para navegação. No entanto a abertura de uma estrada precária (com uma extensão de 54 km) entre São João e Marabá, e o ramal de Marabá da Belém-Brasília, afetou de forma negativa a Vila Apinagés. (VELHO, 1981).

O esgotamento do garimpo, somado a escassez de “terras livres” aos arredores da sede do município, ocasionou a penetração de indivíduos na mata e o afastamento das margens do rio. Em geral boa parte destes “desbravadores” eram maranhenses e piauienses. Os meios de subsistência eram variados, seja por meio da prática da agricultura, principal atividade que estes dedicavam-se, da coleta da castanha³, e da caça de animais selvagens para a retirada da pele à exportação⁴. (VELHO, 1981).

² Na realidade o município de São João do Araguaia fora formalmente emancipado somente no dia 18 de março do ano seguinte, através da lei estadual nº 2960.

³ Seja ela para os aforadores dos castanhais, para si próprio coletando dos castanhais do município, ou até mesmo de forma oculta em castanhais alheios.

⁴ Obviamente a carne do animal também era aproveitada.

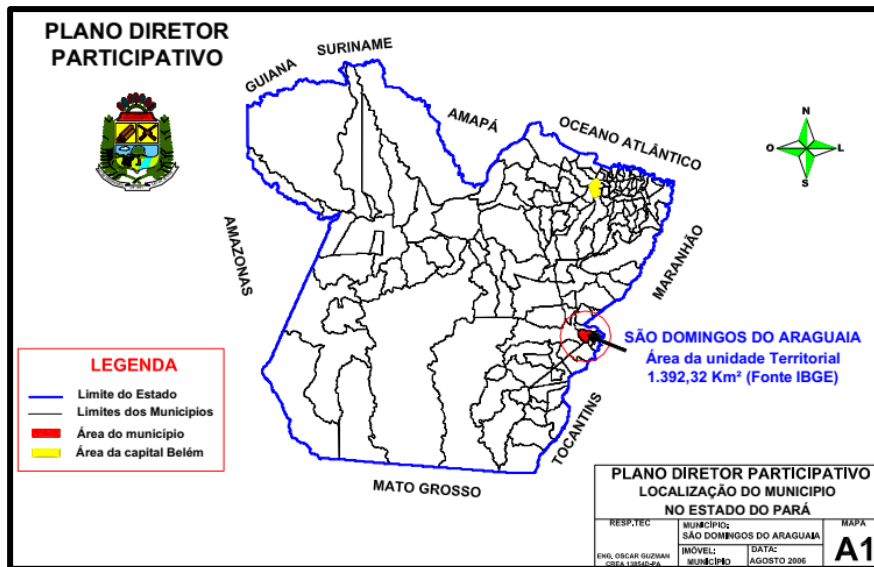
Dentre estes indivíduos encontrava-se Serafim Canafista da Silva, o primeiro a estabelecer-se onde é hoje a cidade de São Domingos do Araguaia. Após se instalar no local, Serafim abriu um roçado e de imediato providenciou a busca de sua parentela no Maranhão. Em poucos anos somava-se por volta de 80 pessoas de sua família. De início o nome do povoado ficara conhecido como Centro das Latas, devido ter no local, durante a chegada desses migrantes, muitas latas deixadas pelos castanheiros. No entanto, o nome que vigorou por muito tempo foi São Domingos das Latas, nome dado pelo Frei Gil Gomes, frade dominicano de Marabá. (VELHO, 1981).

Segundo Otávio Guilherme Velho (1981), a instalação do povoado, com cerca de 14 casas em 1956, favoreceu o crescimento do aglomerado não somente atraindo mais migrantes⁵, como também àqueles que estavam dispersos mata adentro. Destarte, ao longo dos anos, tornou-se evidente o crescimento de São Domingos: “Em 1958, serão cerca de 30 casas, em 1960, 60 casas, e em 1961 aproximadamente 90 casas, o que deveria corresponder a uma população de cerca de 500 pessoas. (VELHO, 1981. p. 101).

Sem dúvidas o principal fator que impulsionou de vez o crescimento de São Domingos foi a construção da Transamazônica. O então povoado servira de acampamento entre novembro de 1970 e fevereiro de 1971 aos homens da empreiteira responsável por este trecho da rodovia. (VELHO, 1981). É nítido, no entanto, que esse crescimento seria efêmero, pois a tendência era o deslocamento destes indivíduos conforme o proceder das obras na rodovia. No entanto a ligação com Marabá através da BR. 230 em muito contribuiu ao mesmo tempo para o seu desenvolvimento, como também reduziu significativamente a importância de São João do Araguaia para o então aglomerado em ascendência, pois neste momento podia-se fazer transações, sobretudo comerciais, diretamente com a metrópole marabaense. São Domingos neste período tornou-se o centro comercial, superando São João e Apinagés (SILVA, 2013).

⁵ Imigrantes sobretudo pertencentes a parentela dos que já haviam se instalado no aglomerado.

Figura 1: Mapa dos municípios do Estado do Pará



Fonte: IBGE (2013)

Em 1967, três anos antes da construção do trecho da Transamazônica que cortava São Domingos, através de uma resolução da Câmara Municipal de São João do Araguaia, mudou-se oficial e definitivamente o nome de São Domingos das Latas para São Domingos do Araguaia. (VELHO, 1981). De acordo com o IDESP (2013. p. 59 *apud* Silva 2015), a criação do município de São Domingos do Araguaia deu-se através da Lei nº 5.706, de 27 de dezembro de 1991, sancionada pelo então governador da época Jäder Fontenelle Barbalho, após o desmembramento do município de São João do Araguaia, com sede na localidade de São Domingos do Araguaia, que passou à categoria de cidade, com a mesma denominação. Sua instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1993, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos no Pleito Municipal de 03 de outubro de 1992. Tendo como limites: ao Norte - Município de São João do Araguaia; A Leste - Município de Brejo Grande do Araguaia; Ao Sul - Município de São Geraldo do Araguaia e a Oeste - Município de Marabá.

A emancipação de São Domingos do Araguaia ocorreu em um período fortemente marcado por vários desmembramentos de municípios e emancipações na região Sul e Sudeste do Pará. Estas eclosões municipais segundo Morbach (2012) deram-se partir da nova Constituição Federal de 1988 que atribuía aos Estados brasileiros, baseado no § 4º do Art. 18, o poder de fundir, criar, incorporar ou desmembrar municípios. Estes elementos, no entanto,

por si só não tiveram um papel decisivo no que diz respeito ao surgimento de novas comunas⁶ nestas regiões do Pará. Ainda segundo a autora, o processo migratório ocorrido na década de 50 e sobretudo durante o regime militar culminou em um avassalador crescimento populacional e na criação de novos aglomerados. A partir daí, havendo um grande aumento da população e conseqüentemente também do número de votantes, lideranças políticas locais passaram a interessar-se pela autonomia de suas localidades. Segundo a autora, outro fator de suma importância que levaram essas lideranças a reivindicarem emancipações foi a falta de apoio das grandes lideranças políticas dos principais centros urbanos às políticas públicas nestas localidades.

Dentre os principais argumentos que buscavam justificar as novas emancipações destacavam-se o abandono das pequenas cidades, distritos ou vilas por parte dos municípios sedes, tal qual a demasiada distância entre eles. Daí que:

a expectativa gerada em torno das emancipações dos municípios centrava-se na ‘imensidão territorial’ e na hipótese de que a proximidade dos governos locais possibilitaria tratar seus assuntos administrativos adaptados as peculiaridades locais constituindo-se em uma vantagem para a população daquelas circunscrições, tendo em vista a familiaridade com as demandas sociais, com as potencialidades e vocação econômica das localidades. (MORBACH, 2012, p. 88).

Segundo Fernando Abrucio (1998, p. 132-133), a criação de novos municípios era uma estratégia, dentro das normas que regem o federalismo brasileiro, dos governadores estaduais visando expandir seus ‘currais eleitorais’, e que mesmo não sendo a emancipação uma atribuição legal do Executivo estadual, os governadores influíam fortemente no processo, uma vez que as Assembleias Legislativas, dependentes de emendas à sustentação política de seus parlamentares, estavam sobre seus domínios. Dentro destas perspectivas, os governadores atuavam incentivando e, em alguns casos, financiando grupos emancipacionistas em áreas de interesses eleitorais. Ainda segundo o autor, o estado do Pará no período 1988 e 1995 registrou a criação de 49 novos municípios. De acordo com Abrucio (1998), existem ainda várias explicações para este fenômeno do crescimento avassalador na quantidade de municípios no território brasileiro no período indicado antemão. Estas explicações partem de pressupostos econômicos e demográficos às disputas irracionais e predatórias por recursos (uma vez que cada município possuía uma cota do Fundo de Participação dos Municípios –FPM).

⁶ O termo comuna tem como referência Victor Nunes Leal (1975) e é utilizado para referir-se aos municípios.

2 A TRAJETÓRIA DA CAMARA MUNICIPAL NO BRASIL

Compreender os processos históricos envolvendo as câmaras municipais no Brasil é de suma relevância para a também compreensão, pelo menos em parte, de nossa formação política, sobretudo porque estas instituições estão inseridas no percurso histórico brasileiro desde o início de sua colonização, e que por muitas estiveram envolvidas nos principais eventos ocorridos em nossa história. Além disso, como principais símbolos do poder e das relações políticas locais, e sendo este o elementar objeto de análise deste trabalho, ou seja, eventos relacionados à política local, é de grande relevância para a compreensão contemporânea de nossa política municipal a descrição da trajetória e formação das câmaras municipais em nosso atual território brasileiro.

A história das câmaras municipais no Brasil teve início ainda durante às primeiras décadas de colonização. A primeira implementação ocorreu em 1532 na Vila de São Vicente quando o então nascente povoado foi elevado à categoria de Vila, esta elevação por sua vez era concedida por ato régio. A instalação destas instituições coincide com o período da expedição de Martin Afonso de Sousa (1530-33) a mando da Coroa Portuguesa que, após mais de trinta anos do “descobrimento”, começara a interessar-se pela colonização. Fica então evidenciado que a principal finalidade da instalação destas instituições era garantir ao governo português o controle sobre sua nova colônia, sobretudo devido a cobiça de demais nações empenhadas em grandes navegações na busca de novas terras.

É importante ressaltar, conforme enfatiza Boris Fausto (1996) e Leal (1975) que as atribuições de cada órgão no período do Brasil colônia não estavam subdivididas e não eram idênticas às contemporâneas. Desta forma, atividades hoje reconhecidas como executivas e judiciárias não estavam subdivididas de acordo com cada órgão, sendo assim em muitos casos a autoridade judiciária era a mesma responsável em desempenhar atividades administrativas e vice-versa.

A composição das câmaras propriamente ditas dava-se através de dois juízes ordinários (servindo alternadamente) ou juiz de fora, se houvesse, e dos três vereadores. Havia também com funções oficiais especificadas na câmara: o procurador, responsável pela fiscalização das obras e cobranças; representante do conselho perante juízo; além de tesoureiro, onde não houvesse; o tesoureiro tinha como função arrecadar as rendas e realizar as despesas ordenadas pelos vereadores; e o escrivão, era uma tipo de secretário cuja função a escrituração da câmara ou em casos judiciais. Estes profissionais burocratas eram também escolhidos por eleições. Os demais funcionários não-eleitos eram nomeados em muitos casos

pela própria câmara. Além disso, todos os municípios deveriam possuir um presidente, três vereadores, um procurador, dois almotacéis, um escrivão, um juiz de fora vitalício e dois juizes comuns eleitos simultaneamente com os vereadores (LEAL, 1975).

É importante fazer menção a um outro fator relacionado às dinâmicas das câmaras municipais e que evidencia a excludente sociedade da época. Diferente da atualidade:

[...] votavam nas eleições, que eram geralmente indiretas, os "homens bons", ou seja, proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos-novos. (FAUSTO, 1996, p. 38).

Ainda referente as câmaras municipais no período colonial, é importante ressaltar a amplitude de sua autonomia e atribuições. Elas “possuíam finanças e patrimônios próprios. Também arrecadavam tributos, nomeavam juizes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio” (FAUSTO, 1996, p. 38). Apesar da câmara municipal ter se constituído como uma ferramenta essencial e estratégica para a Coroa portuguesa garantir a permanência da colônia sobre sua posse, durante um longo período foram os poderosos proprietários de terra os grandes controladores de suas direções. Dentro desta perspectiva:

O rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição. A massa da população — composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária — também nada podia contra esse poderio privado. (LEAL, 1975, p. 65-66).

Ainda de acordo com o autor, a condição básica que garantia esse poderio dos senhores rurais era a fraqueza do poder público, ocasionada pela vasta extensão do território e por tanto devido ao isolamento, tal como a dependência da Coroa para com esta elite na proteção do território contra invasores. No entanto, tanto para Mohn (2006) como para Leal (1975), a partir de meados do século XVII este cenário começara a transformar-se, passando a Coroa a exercer maior controle e limitações sobre as câmaras municipais e o poder local. Dentre os elementos que contribuíram para tais fatores estão o crescimento do comércio, o aumento demográfico urbano da colônia, e sobretudo a descoberta das minas. Além do mais, Portugal havia fracassado nos seus empreendimentos nas Índias Orientais, o que ocasionou um maior interesse pela exploração da colônia, assim como também havia nesse período se sobrepujado aos espanhóis e expulsado os holandeses, dispensando assim maiores atribuições ao senhorio rural, os então protetores desse seu território. (FAUSTO, 1996)

A estratégia para conter o domínio dos grandes fazendeiros, ou seja, para frear o poder privado, consistiu na nomeação pela Coroa de agentes ligados diretamente a ela, sobretudo juizes de fora e ouvidores. Com a vinda da Corte para o Brasil no início do século XIX e posteriormente com a independência, esse processo foi intensificado (MONH, 2006). Porém, mesmo com a ampliação do controle administrativo, a Coroa Portuguesa não teve êxito quanto a resolução dos antagonismos entre o poder público e o privado.

A autonomia e a extensa função que as câmaras gozaram durante um longo período sofreu severas restrições com o decreto da Lei 1º de outubro de 1828. Foi decretado às mesmas funções meramente administrativas, excluindo assim seu poder judicial. Além do mais, passaram a sofrer rígidos controles pelos conselhos gerais, pelos presidentes de provinciais e pelo Governo Geral. (LEAL, 1975).

Durante o período regencial (1831-1840), após a conturbada independência e a abdicação de D. Pedro I, as elites locais, em específico os grupos políticos liberais, buscaram consolidar seu poder através de medidas descentralizadoras promulgadas através do Ato Adicional de 1834. Uma das medidas adotadas foi transferir a tutela das câmaras municipais do poder central para as províncias no objetivo de fortalecê-las diante do Governo Geral. A preocupação pela posse da tutela destes órgãos, em tese, representantes dos poderes locais, se deu pelo fato de que em ocasiões anteriores estes mesmos órgãos demonstraram ser um importante instrumento de luta pelo poder. Utilizados anteriormente pelos senhores rurais para confrontarem a Coroa, era de suma importância naquele momento garantir sua posse no intuito de evitar qualquer insurgência contra suas conquistas. (LEAL, 1975, p. 76). Percebe-se então que o Ato Adicional na prática não revestiu as câmaras municipais de autonomia, apenas apropriaram-se de sua tutela as recém-criadas assembleias provinciais.

Mesmo com a promulgação do Ato Adicional o poder que as assembleias provinciais mantiveram sobre as comunas não tivera muita duração, sobretudo porque o governo regente do Padre Diogo Feijó, representante da política liberal, foi marcado por eclosões de revoltas em diversas províncias. Tais fatores culminaram em sua renúncia em menos de três anos no poder. Assumira então a regência Araújo Lima, representante político do conservadorismo. Com isso, fortaleceu-se a ideia de que a centralização do poder era forma de garantir a ordem. Ainda no seu governo foi instituída a Intepretação do Ato Adicional, que revogava diversas medidas descentralizadoras, afetando assim o controle das assembleias provinciais sobre as câmaras municipais.

A Proclamação da República em 1889 representou o fim do governo monárquico e a ascensão dos federalistas ao poder. Uma vez sendo a descentralização uma das ideias centrais

do federalismo, renascia a possibilidade de as câmaras municipais retomarem suas autonomias, porém não foi o que houve de fato. As câmaras municipais perderam o poder de eleger o chefe do executivo local, passando este a ser nomeado pelos governos estaduais. Ao longo dos debates sobre as dinâmicas nas comunas não faltaram argumentos que justificassem estas perdas de autonomia. Leal (1975, p. 82) ressalta que houve teses jurídicas como a de Castro Nunes na qual enfatizava que no regime federalista as unidades políticas eram os estados e não os municípios, e a de Francisco Campos, na qual dizia que a maioria dos problemas encarregados pela administração municipal estava para além das comunas. Eram interesses dos estados.

Ainda segundo Leal (1975), com autonomia dos estados obtida através da Proclamação da República, e em específico com a Constituição de 1891, os governadores passaram a fortalecer-se, e através do direito de elegibilidade, a dependência política invertera-se, passando agora o Chefe do Executivo Nacional a buscar o apoio das Assembleias Estaduais. Foi neste contexto de fortalecimento do governo estadual e da instalação de um regime federalista somado à decadência do poder dos grandes proprietários rurais que surgiu o “coronelismo” –um sistema político sustentado por uma estrutura agrária e cuja base era a relação de compromissos entre estes onipotentes governadores e as decantes oligarquias rurais.

José Murilo de Carvalho (2007) destaca que o coronelismo é um dos melhores exemplo de nossa história no que diz respeito à mescla entre o poder do Estado e o poder privado. Ainda segundo Carvalho (2007) e Leal (1975), a figura do coronel teve início em nossa história no contexto da Regência com a criação da Guarda Nacional em 1831 em substituição às antigas ordenanças do período colonial. O Coronel era então o comandante máximo da Guarda Nacional, sendo esta patente de comando regional e local, entregue pelo Poder Público ao seu titular do poder privado, tendo como requisito o prestígio social ou econômico –assim, de forma geral, em todas as ocasiões de investidura da patente de coronel, os titulares eram os grandes proprietários rurais ou comerciante ricos. Com o advento da adoção do regime federalista durante a Primeira República na Constituição de 1891, os governadores passaram então a fazer alianças com os coronéis para vencer as eleições, retribuindo-lhes com “carta branca” sobre as instituições locais. Desta forma os grandes proprietários locais, investidos do título de coronel (seja ele oficialmente ou por mero reconhecimento social) tinham total liberdade para exercerem seus mandos sobre a população local, viventes dentro de seus domínios. Uma vez que o voto era aberto, a coação durante a votação garantia o voto às lideranças políticas aliadas (CARVALHO, 2007; LEAL, 1975).

O sistema “coronelista” viria a sucumbir com a Revolução de 1930, que abalou a onipotência dos governadores dando fim às suas barganhas com as oligarquias rurais. Uma das medidas adotada pelo novo regime foi intervir fortemente nas câmaras municipais através da nomeação de prefeitos fiscalizados por um conselho consultivo. Também foi estabelecido um sistema de recursos verticalizado, “que subia do prefeito ao interventor e deste ao chefe do governo nacional” (LEAL, 1975, p. 85). A Revolução de 30 também outras atribuições das câmaras municipais, pois com a criação das prefeituras, órgão responsável pelas atividades executivas do município, as câmaras foram reduzidas às funções meramente legislativas.

Para Leal (1975) houve na constituinte de 1934 dois pontos bastante contraditórios acerca dos municípios, principalmente no que se refere a autonomia. Segundo o autor, se por um lado essa constituição visava autonomizar (ainda que com certas restrições) as comunas através especialmente do direito à eletividade de seus chefes do executivo e dos membros do legislativo, assim como da arrecadação e aplicação das suas rendas e a organização dos serviços que lhes competiam prestar. Por outro lado:

[...] ficava facultado ao estado a criação de um órgão de assistência técnica à administração municipal e fiscalização das suas finanças. A preocupação (verdadeira ou dissimulada) com os desconroles administrativos e financeiros dos municípios servia, mais uma vez, para possibilitar a tutela dos municípios pelo estado. (LEAL, 1997, p. 107-112, apud MONH, 2006, p. 05.).

Durante o Estado Novo os municípios sofreram um novo retrocesso às suas autonomias. Entre 1937 e 1945 as câmaras municipais foram fechadas extinguindo assim o poder legislativo municipal. De acordo com Victor Nunes Leal (1975) a constituição de 1937 mostrara-se claramente antimunicipalista, pois não apenas conservou o departamento de municipalidades (responsável por exercer um rigoroso controle sobre as comunas) como também reduziu as receitas municipais e vetou a eletividade do executivo municipal. Estas medidas de controle dos municípios e dos estados demonstraram claramente a preocupação das lideranças do Estado Novo: a forte centralização do poder nas mãos do Governo Nacional. Com o fim do Estado Novo e redigida a nova constituição em 1946 os municípios readquiriram uma certa autonomia, dentre elas estava a eletividade dos prefeitos.

Para Monh (2006) mesmo com o Golpe Militar de 1964 mantiveram-se boa parte das características das dinâmicas municipais, como foi o caso da elegibilidade do chefe do executivo municipal (com exceção das capitais, áreas hidrominerais e de interesse da segurança nacional). No entanto, e de acordo com o autor, o poder centralizou-se fortemente na esfera federal e os governadores estaduais passaram a ser prepostos do Governo Federal.

Os municípios, ainda segundo ele, não escaparam às políticas do regime militar principalmente ao seu alto teor tecnocrático e militar. Outro fator relevante foi a redução da autonomia municipal –uma vez que o governo possuía uma base extremamente forte, consolidada e de caráter autoritário-repressivo, os políticos viam-se obrigados a afiliarem-se ao partido governista para a obtenção de recursos.

Na constituição de 1988 pós-ditadura militar e com a redemocratização do país, foi concedida aos municípios maior autonomia, uma vez que ela destaca à federação como composta pelos estados e municípios (elevando-os, portanto, à categoria de entes federativos). Além disso, assegura a elegibilidade dos prefeitos e vereadores, tal como em seu art. 29 a auto-organização por meio de lei orgânica. Tarefas mais complexas passaram também a ser responsabilidades dos municípios, como por exemplo referente a saúde e educação. Apesar destes fatores, ainda não se pode falar em plena liberdade ou autonomia das comunas, principalmente em relação ao Governo Federal e aos governos estaduais, pois ainda sendo parcas suas receitas, dependem ainda em muito de acordos e relações políticas para com estes. (MONH, 2006). A nova Constituição Federal vigente após a ditadura militar, mesmo tendo aumentado as receitas municipais, não reduziu significativamente a dependência dos municípios. O que houve de fato foi uma mudança de “tutor” –se antes, durante o regime militar, os municípios dependiam das receitas federais, com a redemocratização passaram a depender das receitas estaduais (ABRUCIO, 1998). Observa-se, portanto, uma ampla disputa entre poder central e estadual pelo controle do poder local.

2.1 O Fenômeno Político do Clientelismo no Brasil

Dentro da discussão acerca da análise histórica da política brasileira, faz-se necessário analisar um fenômeno bastante marcante no Brasil, o clientelismo, presente nos mais variados tipos de regime ocorridos na história do país, e nem mesmo a redemocratização, a universalização do voto e o aumento da participação e organização da sociedade civil tem conseguido desestruturá-lo. O fato dele ser uma ferramenta essencial à obtenção de capital político e de vantagens dentro do campo político, tem em certo grau, contribuído à sua permanência e adaptação aos “novos tempos”.

O fenômeno político do clientelismo no Brasil, assim como demais outros, a exemplo do coronelismo, mandonismo, patrimonialismo, tem se constituído como objeto de intensos debates nos campos das ciências sociais, em específico, nos campos de estudos das ciências políticas. Dentro desta perspectiva, José Murilo de Carvalho (1997, p. 01), argumenta que há imprecisão em relação aos estudos do poder local e suas relações com o Estado

nacional no Brasil, envolvendo o uso destes conceitos básicos. Assim, o autor faz uma conceituação sintética acerca destes fenômenos sociopolíticos.

Para Carvalho (1997), o coronelismo é um sistema político composto por uma complexa rede de relações que vai deste o coronel ao presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Além disso, segundo o autor, ele é datado historicamente –surgido na Primeira República, era a base do poderio dos governadores, que barganhavam o apoio político das oligarquias rurais detentoras do controle sobre maciça parte da população daquele período histórico, predominantemente camponesa e de condições sociais desfavoráveis e, portanto, dependentes. Esta sujeição dos coronéis à adesão de compromissos para com os governadores de estados se deve sobretudo pelo fato da decadência econômica destas oligarquias rurais. (LEAL, 1975; CARVALHO, 1997).

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997, p. 02).

Referente ao mandonismo, Carvalho (1997) ressalta não ser este um sistema e sim uma característica da política tradicional. Para ele, o mandonismo refere-se “à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder” (p. 02), onde o dominador –seja ele o mandão, potentado, chefe ou coronel –exerce seu domínio em virtude do controle ou monopólio de recursos estratégicos, em geral a posse da terra. Este domínio por sua vez possui muita arbitrariedade e pessoalidade, impedindo o exercício da liberdade política e de mercado àqueles que estão sob suas dependências. A tendência, ainda segundo o autor, é que o mandonismo desapareça com o avanço social dos direitos civis e políticos.

Em relação ao clientelismo, Carvalho (1997) destaca que os conceitos relativos a este fenômeno político são bastante confundidos com o coronelismo. Segundo o autor, apesar do coronelismo envolver relações de trocas de natureza clientelística, ele não se equipara ao clientelismo, uma vez que este é um fenômeno muito mais amplo. As relações que dão existência ao clientelismo dispensa, como por exemplo no meio urbano, a presença do coronel, pois elas se dão dessa forma entre outros atores –governos ou políticos, e setores pobres da população (CARVALHO, 1997).

De acordo com Edson Nunes (2003, p. 33) quase todos os autores que escreveram sobre os partidos políticos brasileiros consentem que uma de suas principais características é o

clientelismo, mas que, no entanto, associam-lhe ao contexto da República Velha –à política do ‘café-com leite’, do coronelismo –ou seja, ao Brasil “arcaico”. Porém, para o autor, ele permanece bastante vivo em nossa atualidade, inclusive nos grandes centros do país.⁷ Dentro desta perspectiva, Lenardão (1997) ressalta que não se trata de um retorno deste fenômeno à política brasileira, e sim um de seus aspectos que a compõe historicamente. Assim:

O clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definiu durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura política. (NUNES, 2003, p. 33).

Como um fenômeno relacionado ao meio político, o clientelismo manifesta-se a partir de relações de lealdades, estruturado em torno da concessão de recompensas materiais ou simbólicas, e sobretudo em troca de apoio político (DINIZ, 1982, p. 23, *apud* LENARDÃO, 1997, p. 46.). Agentes da burocracia, em busca de apoio político à sua manutenção no poder, monopolizam os organismos estatais, tornando-se o “mediador” entre o “povo” e o Estado, que necessitados da assistência deste último, se sujeitam à estas relações de trocas traduzidas em votos eleitorais ou no apoio político para a obtenção deste. Como bem assinala Farias (2000 *apud* Santin & Favretto 2017), o clientelismo se expande no Brasil graças ao processo de transição do voto de cabresto para o voto livre após a implementação da democracia liberal, uma vez que este fator permitiu aos indivíduos uma certa liberdade no exercício de seus direitos de cidadania, sendo possível negociá-lo em trocas de benefícios econômicos. Assim, o voto se torna, como quase todas as coisas no capitalismo, uma mercadoria, vista pelos seus detentores, os mandatários, como uma forma de obtenção de recursos econômicos ou de serviços.

Para Nunes (2003), a acumulação de capital assenta-se em princípios que contradizem os princípios clientelistas, uma vez que o capitalismo está associado a lógica do impersonalismo, ou seja, da impessoalidade, isto porque tem como objetivo primário o acúmulo de capital. Porém, segundo o autor, o processo de subordinação de várias esferas sociais ao comando econômico não ocorreu no Brasil como ocorreu nos grandes centros imperialistas. Assim, relações pessoais, como é o caso da vida familiar, não foram afetadas pelos acelerados processos de industrialização no país ocorridos a partir da década de 30. O personalismo

impregnou e ‘enquadrou’ muitas instituições [...] Relações pessoais e hierárquicas são cruciais para tudo, desde obter um emprego até um pedido aprovado por um órgão público; desde encontrar uma empregada doméstica

⁷ O autor cita como exemplo no período em que escrevera sua obra, o malufismo em SP e o lacerdismo no RJ.

até fechar um contrato com o governo; desde licenciar o automóvel até obter assistência médica apropriada. (NUNES, 2003, p. 32-33).

Desta forma, percebe-se que o clientelismo brasileiro não é um fenômeno apenas típico da burocracia, ou seja, da administração pública. Ele incorporou-se nos setores privados, manifestando-se nas relações entre seus agentes, dado o que seria a força da cultura personalista brasileira.

A nocividade do clientelismo está relacionada à ausência de imparcialidade, uma vez que este está estruturado em relações personalistas e não impessoais, comprometendo assim a qualidade administrativa, seja ela de setores públicos ou privados. No âmbito da administração pública brasileira, segundo Nunes (1997), os recursos materiais do Estado desempenham um crucial papel à operação deste sistema, dado que os partidos políticos –ou seja as bases governistas –têm às suas disposições diversos privilégios através do aparelho estatal. Privilégios variados que vão desde vagas de empregos, pavimentação de estradas, construção de escolas etc., nomeações de chefes e servidores, como por exemplo para distritos escolar e de saúde etc. Estas “vantagens” contribuem para a obtenção de capital político, uma vez que, monopolizando os recursos do aparelho estatal, os agentes políticos tornam-se os “corretores” da população, ou seja, o elo mais prático à acessibilidade de serviços públicos e sociais.

Uma das formas que políticos partidários líderes de organizações clientelísticas utilizam para garantir a dependência de boa parte de setores da sociedade às suas ações é através do cooptação de importantes instituições de serviços públicos e organismos de reivindicações populares, no intuito de desmobilizarem quaisquer ameaças às suas exclusividades política. Assim, eles se tornam os principais mediadores, se não os únicos em muitas localidades, de acesso aos serviços públicos. Força-se assim uma “negociação”, um “compromisso” entre os profanos e profissionais políticos, entre o candidato (seja ele defensor do mandato ou não, ainda que este último tenha maior vantagem devido possuir maior acesso à máquina pública) e o eleitorado. Tal cooptação, referida antemão, é aquilo que Lenardão (1997, p. 47), denomina de “eliminação de lideranças alternativas”.

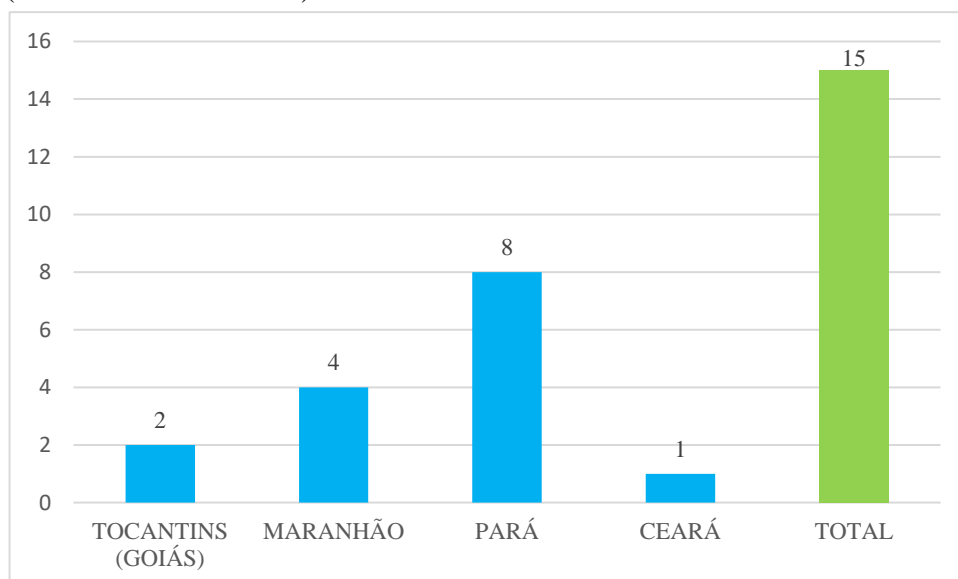
2.2 Morfologia Social dos Vereadores de São Domingos do Araguaia: Uma Abordagem Bourdiesiana

O processo migratório ocorrido no sul e sudeste paraense tem dado à estas regiões características bastante peculiares e diversificadas social e culturalmente. Isso se deve pelo

fato de que as políticas de “ocupação” e de “desenvolvimento” da Amazônia, e no caso dessas áreas, tornaram-se uma espécie de atrativo, culminando em um intenso processo migratório, sobretudo decorrente da região nordeste. Outro fator de suma importância é a prevalência camponesa nessas áreas, explicada pelos problemas históricos do Brasil envolvendo o meio agrário, e que no período do regime militar e desde a década de 1950 vinham tomando proporções maiores e gerando a criação de movimentos de luta pela terra. Desta forma, a propaganda do regime exaltando a abundância de terras na Amazônia visava minimizar essas tensões no campo, porém o que houve de fato foi um demasiado processo migratório ocasionado pela “escassez” de terras, terras estas ocupadas em grande parte pelo grande latifúndio e o capital privado, principais grupos beneficiados pela ditadura militar.

O processo migratório supracitado reflete-se no perfil socioeconômico das lideranças políticas locais, especificamente de São Domingos do Araguaia, objeto de estudo deste trabalho. A pesquisa realizada com a vereança do referido município, tanto do mandato atual (2017-2020) como do anterior (2013-2016), indicou proporções significativas em relação as suas origens, revelando que boa parte deles são migrantes. Os dados apresentados a seguir, referentes não apenas aos locais de nascimento destes agentes sociais, e sim também de outros aspectos envolvendo sua morfologia, possuem algumas variações relativas aos números levantados. Assim, em algumas coletas durante a pesquisa fora possível obter dados de todos os parlamentares, em outras, apenas um número aproximado.

Gráfico nº 01. Origem dos vereadores de São Domingos do Araguaia (2013-2016/2017-2020)

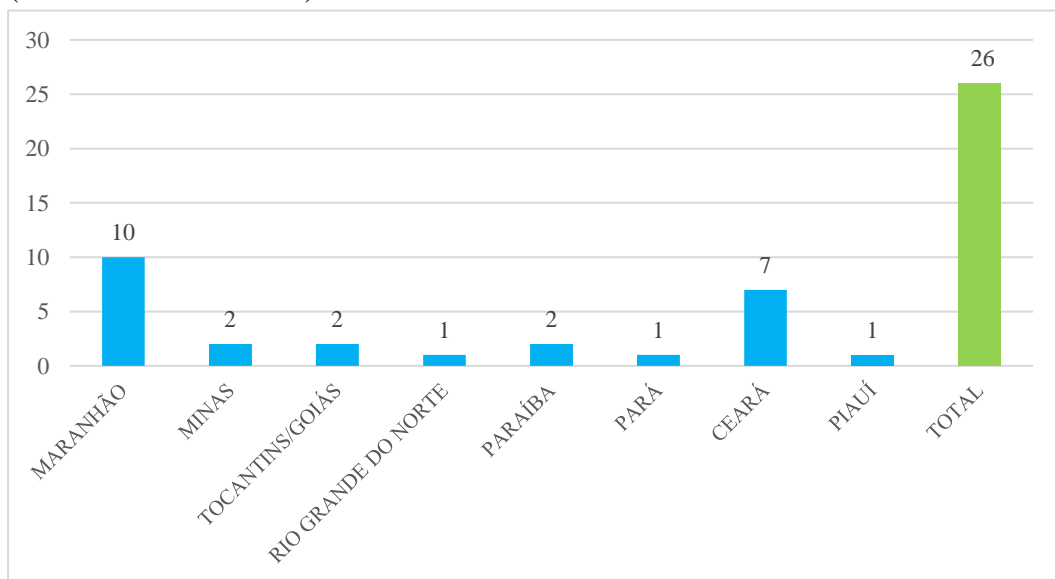


Fonte: Entrevistas

Apesar do gráfico nº 01 registrar um número de 08 parlamentares naturais do estado do Pará, ou seja, oriundos da região em que residem e atuam/atuaram como vereadores, prevalece ainda um número bastante expressivo de migrantes, contendo um total de 07 vereadores. Estes números também evidenciam a prevalência nordestina dentre os grupos de migrantes, representando quase metade do total. Tais fatores reafirmam que a região do sul e sudeste paraense são áreas de significativa predominância e formadas indiscutivelmente de sujeitos oriundos de outras regiões do país, em especial da região nordestina.

Se por um lado os dados da pesquisa confirmaram que mais da metade da vereança é de origem regional, por outro, uma outra pesquisa sobre as origens dos pais destes parlamentares indicou resultados absolutamente diferentes, conforme indica a seguir o gráfico nº 02.

Gráfico nº 02. Origem dos pais dos vereadores de São Domingos do Araguaia (2013-2016/2017-2020)



Fonte: Entrevistas

Diferente dos dados da pesquisa contidos no gráfico nº 01, em que há uma prevalência discreta de paraenses, no gráfico nº 2 por sua vez esse número é bem inexpressivo. Dentro dessa perspectiva, apenas um dentre os pais dos vereadores é natural do estado do Pará, um número mínimo, e que, no entanto, reafirma ainda mais o perfil migrante do sul e sudeste paraense. Com relação aos outros estados neste processo de origem migrante, o Maranhão é indiscutivelmente o que mais se destaca, portando sozinho o total de 10 pais. Somando este valor com os demais valores dos estados de outras regiões (excluindo assim o Pará), obtém-se um total de 25 pais originários da região Nordeste, indicando assim que

ampla maioria desta vereança são “filhos” dos processos sócio históricos envolvendo o sul e sudeste paraense, sobretudo a partir da decorrência do evento de 1964.

As motivações deste processo migratório são praticamente as mesmas nas falas dos parlamentares e ex-parlamentares são dominguenses, sendo assim pautadas na busca de melhores condições sociais, sobretudo pelas expectativas ocasionadas pelos grandes empreendimentos desenvolvidos no estado do Pará. Este é o caso, como por exemplo, da ex-vereadora Elizane Soares que em seu relato pronuncia o seguinte:

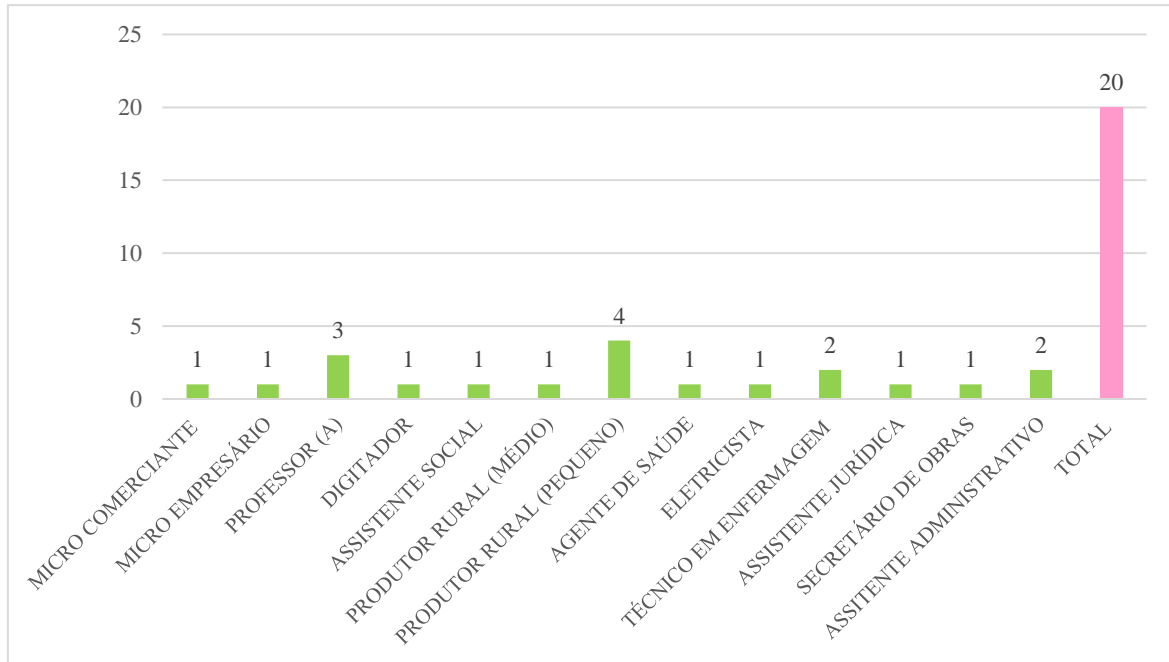
Meus pais são cearenses [...] O que motivou ele [pai] *vim pra* São Domingos, é que na época de oitenta na cidade de Tucuruí, “estourou” a barragem *né?* Foi a criação da barragem, da hidrelétrica de Tucuruí. E ali ele acabou... ele já saiu aqui de São Domingos em busca desse sonho de emprego, em busca de conseguir uma sobrevivência melhor *pra* dar à filha... que até então só tinha dois filhos. E acabou que ele teve que voltar *pra* São Domingos. [...] Ele trabalhou nas fazendas, trabalhou com o cultivo de castanha, arroz, e com isso, aos poucos, apesar de não ter estudos [...] nunca deixou faltar o pão na mesa *pros* seus filhos. E mais: o sonho dele era que todos os filhos dele se “formassem”. E ele trabalhou arduamente com minha mãe para poder dar o melhor *pra* que os estudos não *pudesse* nos faltar. (Elizane Soares da Silva, entrevista concedida ao autor em 07 de abril de 2019).

Para além das origens regionais a pesquisa também obteve dados referente as principais atividades profissionais e econômicas exercidas pelos parlamentares da câmara municipal de São Domingos do Araguaia antes de exercerem o cargo de vereador, no objetivo de compreender as principais origens de seus capitais políticos, decisivos no processo de disputa para o cargo do legislativo local. Os conceitos de capital no qual serão analisados os perfis dos vereadores são dominguenses jazem dentro de uma perspectiva bourdiesiana, na qual não o compreende capital apenas como o acúmulo de riquezas ou bens materiais. Neste sentido, o conceito de capital é muito mais abrangente e plural. Na ótica de Bourdieu existem outros capitais que também são essenciais para definir posições dominantes em um determinado campo social (seja ele campo político, campo artístico, campo científico etc.). Assim, tanto para ocupar como para manter uma posição de dominação e/ou de destaque em um determinado campo são necessários, além do capital econômico (que consiste sobretudo em renda, salários, imóveis), capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos) e capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). (BOURDIEU, 1989; 2003)

Para Bourdieu (1989, p. 163), a análise acerca da luta política deve fundamentar-se nas divisões sociais e econômicas da divisão do trabalho político, para evitar a naturalização de mecanismos de cunho social que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes

politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’. Dentro desta lógica, a entrada e permanência de um determinado agente social no campo político e a fronteira que o separa dos demais fora do campo não se fundamenta em elementos natos, com por exemplo, a ideia de “vocação política”, e sim no acúmulo de capitais reconvertidos em capital político. E referente ao conceito de campo, e no caso campo político, segundo Bourdieu (1999, p. 195), este é definido como um microcosmo, ou seja, um pequeno mundo social no interior do mundo social com uma relativa autonomia, autonomia no sentido de regras, leis, e princípios próprios. Porém, Bourdieu (2003) ressalta que há uma espécie de lei universal a todos os campos –a luta entre os profissionais de cada campo – do recém-chegado pelo direito de permanência contra o dominante do campo que luta pela manutenção do monopólio de sua dominação e pela exclusão da concorrência. Desta forma, uma vez que a origem do poder ou autoridade em um determinado campo específico está no acúmulo de capitais (específicos a cada campo), o dominante no mais das vezes tende, em suas estratégias, a buscar o monopólio destes capitais e determinar como se dá sua distribuição no campo, bloqueando os meios para acessá-los, objetivando a conservação de sua dominação.

Os dados obtidos acerca das atividades econômicas e/ou profissionais dos atuais vereadores antes de ocuparem a função parlamentar na câmara municipal evidenciam que de fato o capital econômico, *a priori*, não prevaleceu no processo de decisão do eleitorado e da disputa política. Isto pelo fato de que, a partir das funções que os então candidatos ocupavam ou da atividade que exerciam, não é identificável algo parecido a uma abundância econômica. Conforme mostra o gráfico de nº 3, dentre as 20 profissões e/ou ocupações exercidas pela vereança, grande parte, em tese, não proporciona uma renda considerável. Destacam-se entre essas atividades, a de pequeno agricultor com um total de 04 vereadores exercendo-a, seguida da docência, exercida por um total de 03 parlamentares. Em seguida vem as atividades de técnico em enfermagem e assistente administrativo, ambas com um total de duas (02) cada.

Gráfico nº 03. Atividade econômica antes de ser vereador (a)

Fonte: Entrevistas

Mesmo havendo uma variedade de atividades econômicas e profissionais, o significativo percentual de professores ocupando o cargo de vereador pode ser explicado pela lógica sustentada por Bourdieu (1989, p.169, 1999, p. 198) na qual uma das “exigências” para a participação no campo político, além do tempo livre que é permitido pelo excedente econômico, há o fator do capital escolar. Isso porque ele permite um conjunto de saberes específicos relacionados e essenciais à entrada e permanência neste campo, como por exemplo o domínio da retórica, ferramenta importante no jogo político.

Quanto à cifra de quatro pequenos agricultores ocupando a câmara municipal, superior ao número de professores, *a priori* poderia pensar-se é um paradoxo, uma que vez sujeitos dotados de uma série de requisitos essenciais à entrada e permanência no campo político, como é o caso dos professores, estariam ocupando menos espaço neste campo se comparados a outros indivíduos aparentemente menos dotados de competências específicas (*habitus*) do campo político. Esta questão pode ser explicada não pela atividade econômica exercida por estes sujeitos, no caso atividade campesina, e sim pelos espaços sociais que esses agentes frequentam e participam de forma ativa. Assim, é praticamente geral na fala de todos os entrevistados inseridos na categoria camponesa a participação frequente e/ou ativa em variadas instituições, como por exemplo, igrejas, associações e sindicatos. Desta forma, mesmo não possuindo uma formação acadêmica tão relevante tal como a dos professores, em

termos de diplomas escolares, a participação destes sujeitos nestas instituições permitem a eles a obtenção de uma série de competências para o ingresso no campo político com “peso” superior às dos docentes. Segundo Morbach (2012) este fator inerente à presença de camponeses na gestão política local é típico de cidades de pequeno porte e em regiões onde a população rural é marcante. A autora então enfatiza de que modo a região de Carajás é marcada por fortes relações entre campo e cidade.

Bourdieu (1989, p. 193) também enfatiza que no campo político há uma espécie de capital pessoal de “notoriedade” e “popularidade”, firmados no fato de ser conhecido e reconhecido na própria pessoa e de possuir um certo número de qualificações essenciais para manter uma ‘boa reputação’. Esse tipo de capital de prestígio pessoal é frequentemente obtido em outros domínios, fora do campo político, e nesse sentido, adquirido em um processo lento de vivência do agente social em um determinado espaço coletivo. No caso particular das duas categorias, ou seja, professores e lavradores/agricultores, esses capitais pessoais foram adquiridos principalmente em espaços de ensino formal (escolas e universidades) e não formal (igrejas, associações e sindicatos) e reconvertidos em capital político.

O capital político é, portanto:

Uma forma de capital, *crédito* firmado na *crença* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa –ou a um objeto –os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (BOURDIEU, 1989, p. 187-188).

Em suma, o capital político é “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado a maneira de ser reconhecido”. (BOURDIEU, 1999, p. 204). Ainda de acordo com o autor, há no campo político uma luta desigual, luta simbólica, onde existem adversários que possuem maiores acúmulos de capitais simbólicos, do que outros. As possibilidades, portanto, de entrada e permanência no campo político, são em parte determinadas pelo acúmulo de capitais anteriormente adquiridos e reconvertidos em capital político.

Ainda prosseguindo a análise do gráfico de nº 3, o terceiro maior número de atividades econômicas dos vereadores estão relacionadas à profissão de técnico em enfermagem e assistente administrativo, ambas com um total de 02 profissionais cada. A explicação para esse fator também está relacionado ao fato de que, assim como as duas atividades mencionadas antes, o meio social (no caso dos técnicos em enfermagem as instituições de saúde e dos assistentes administrativos instituições públicas variadas) na qual são exercidas ambas as profissões, permitem um certo reconhecimento e popularidade, uma vez que há sempre um permanente contato desses agentes com grande parte da população

local, com por exemplo no desenvolvimento de trabalhos comunitários: campanhas de vacinação, campanhas de emissão de documentos pessoais, etc.

Ainda dentro da perspectiva do capital escolar (capital cultural), uma outra pesquisa expressa no gráfico a seguir (gráfico de nº 04), revelou que percentagens relevantes dos parlamentares que ocuparam a câmara municipal de São Domingos do Araguaia nos últimos dois mandatos possuem formação de nível superior. Isto fortalece a tese bourdieusiana de que o capital escolar é um fator de suma importância no processo de aquisição de capital político, uma vez que o capital escolar é um dos principais requisitos de entrada no campo político. Nesta perspectiva, Bourdieu (2003) enfatiza que há uma correlação muito forte entre o capital escolar medido pelos títulos acadêmicos com competências em funções não propriamente ensinadas no âmbito escolar. A competência em política, como bem ressalta o autor, é uma delas, e está fortemente relacionada ao capital escolar, mas que, no entanto, não é essencialmente ensinada em todos os meios acadêmicos. Desta forma, na ótica social, “o fato de ser designado escolarmente competente, portanto, socialmente competente ‘implica’ [...] a aquisição de uma competência política” (BOURDIEU, 2003, p. 253-254). Observa-se portanto, que em grande medida, independentemente da formação acadêmica ter ou não relação com a política, não implica negativamente na reconversão de capital escolar em capital político (os títulos acadêmicos na área da medicina são um grande exemplo, pois mesmo esta formação não tendo uma ligação direta com áreas relacionadas às ciências políticas, favorece em muito a entrada do seu portador no campo político, devido ao “peso” de capital escolar que os títulos de medicina possuem, “peso” no sentido de competência escolar e portanto política na ótica do senso comum; mas também determinada pela escassez de força de trabalho médica em cidades pequenas, o que, em um campo da saúde dominado pelo corporativismo médico, como é o caso brasileiro, faz com que esses agentes cumpram um trabalho indispensável do ponto de vista da administrativo do bem-estar da população e que sejam por ela conhecidos).

Bourdieu (2003) ressalta que instituições nobiliárquicas ou escolares produzem uma espécie de “poder mágico” capaz de constituir as pessoas que ocupam-nas como distintas, diferentes, e que geram nelas diferenças permanentes ou exteriores e destacáveis, ou também inscrita na própria pessoa, como uma certa maneira de falar, de se pronunciar, em suma, produzem aquilo a que se chama de “distinção”. “A definição dominante da ‘distinção’ chama ‘distintos’ os comportamentos que se distinguem do comum, do vulgar” (BOURDIEU, 2003, p. 13).

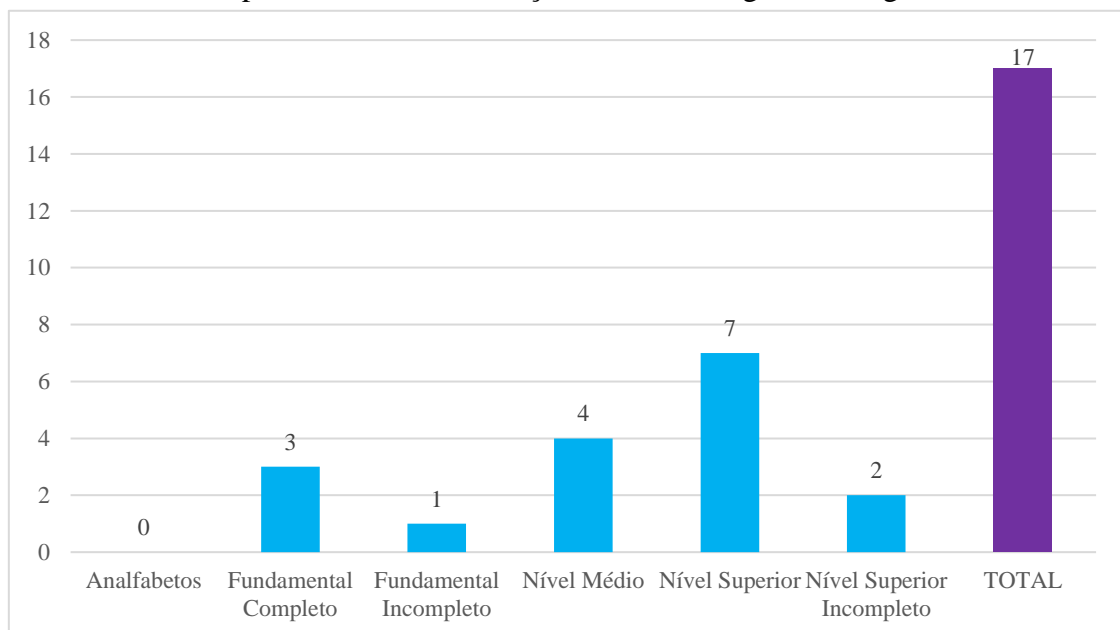
E, referente ao liame do capital escolar com o campo político, Bourdieu (2003) assinala que:

Onde ingenuamente poderia se dizer que as pessoas têm tanto mais saber político, são tanto mais competentes em política quanto mais instruídas são, deve dizer-se [...]que aqueles que são socialmente designados como competentes, como titulares do direito-dever da política, tem maiores oportunidades de se tornar o que são, de se tornar aquilo que lhes dizem que são, quer dizer competentes em política. (p. 253).

O autor prossegue enfatizando que a não competência escolar faz com que um certo número de agentes sociais se exclua do jogo político (como por exemplo dizendo que isso não os interessam). Isto, no entanto, ocorre pelo fato destes agentes não se reconhecerem competentes para fazerem parte do campo político, ou melhor, para disputarem com outros agentes mais providos de capital escolar, à entrada neste campo.

Dentro destas perspectivas de análise do capital escolar, observa-se no gráfico de nº 04 que 07 dos vereadores e ex-vereadores possuem nível superior completo. Seus títulos acadêmicos são variados: professor, assistente social, teólogo e direito. Esse número referente ao nível superior ainda é maior se levarmos em consideração os que ainda estão cursando-o (02) A soma, portanto, dos que cursam com os que cursaram o nível superior atinge um total de 09 parlamentares envolvidos com a educação superior.

Gráfico nº 04. Capital escolar da vereança de são Domingos do Araguaia



Fonte: Entrevistas

Algumas das entrevistas realizadas com vereadores do mandato atual (2017-2020) e do anterior (2013-2016), revelam que há um certo incômodo por parte dos parlamentares detentores de capital escolar em relação aos demais que não o possui. Há, dentro desta perspectiva, uma espécie de reivindicação de competência política e do direito de legislar, devido essa posse de capital escolar. Isto fica evidenciado na seguinte entrevista onde o parlamentar e vice-presidente da câmara João Antônio Pereira de Miranda, formado em teologia e detentor de várias formações técnicas, pronuncia:

[...] ressaltar a importância, principalmente de pessoas como a gente, que tem uma faixa etária bem próxima, nosso papel na política, eu acho que a responsabilidade maior de fazer a diferença na política é nossa, tá sobre nossa responsabilidade. Então a gente tem que fazer parte do processo eleitoral e modificar esse sistema que já está defasado, que é um sistema que a política caminhou para um meio inverso, que é um sistema defasado, que é compra de voto, favoritismos, aquele famoso empreguismo, então é essas coisas que tem de serem tiradas da política. Então acho que quem tem capacidade de mudar *somos nós que têm uma mentalidade um pouco diferente* (sic).

[AUTOR]: Quando você fala de nós, você está se referindo aos jovens, e que possui uma carga acadêmica mais elevada?

Principalmente! (grifo meu).

(João Antônio Pereira de Miranda, entrevista concedida ao autor em 19 de março 2019)

Em uma outra entrevista, realizada com uma ex-vereadora bacharel em direito, Marielza Cruz Alves, a fala também é pautada na relação entre competência escolar e competência política. Descrevendo sua trajetória na política local, em específico na câmara municipal, a ex-parlamentar pronuncia o seguinte:

[...] eu fiz todo o meu papel [...]. Por que qual é a função do vereador? As vezes as pessoas se candidatam à vereança e não sabem nem qual é a função. Eu fiz direito, sou **bacharel em direito** –e a primeira coisa que a gente faz é “se ligar” nas regras e leis. E aí lá é bem nítido: legislar *né?* fiscalizar o executivo *né?* e auxiliar também *né?* dependendo do lado que se esteja. Então eu cumpri a minha função. Me atrevo a dizer que até com honras.

(Marielza Cruz Alves, entrevista concedida ao autor em 05 de abril de 2019).

Os dados apresentados antemão acerca da morfologia social dos vereadores de São Domingos do Araguaia, mostra que o campo político local, no que se refere a esfera do poder Legislativo, está ocupado por indivíduos de setores das baixas camadas sociais. Dentro destas perspectivas, observa-se que boa parcela, além de serem migrantes ou filho de migrantes humildes, exercem atividades econômicas relativamente modestas, indicando assim que seus capitais políticos em sua totalidade não são oriundos da reconversão de capital econômico em capital político. Outro elemento de suma relevância acerca dos perfis da vereança

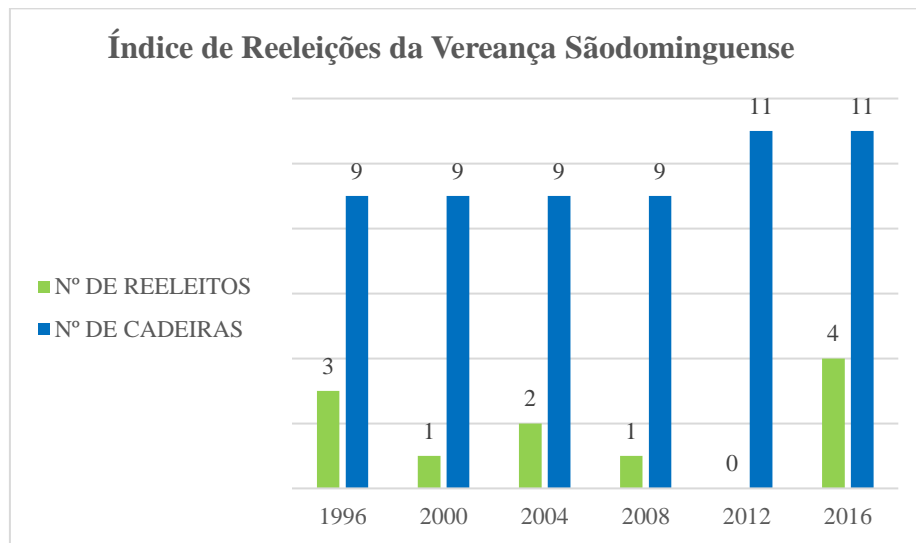
sãodominguense é a questão do capital escolar. Mesmo a maioria obtendo formação superior, esta não supõe um acúmulo significativo deste capital, uma vez que são formações modestas. Assim, pode-se afirmar que o capital político dos atuais e recentes parlamentares de São Domingos do Araguaia é em grande medida fruto das relações sociais direta que estes possuem com seu eleitorado, não por acaso a maioria são originários de comunidades rurais ou exercem atividades em instituições públicas de serviços populares.

2.3 Da Instabilidade Política e dos Grupos Familiares na Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia

Ainda referente a câmara municipal de São Domingos do Araguaia, um outro elemento relevante deve ser observado, qual seja, a constante renovação dos cargos parlamentares. Nas eleições municipais ocorridas na história do município⁸ para o cargo de vereador, tem se observado um baixo nível de reeleição, havendo sempre expressivos números de novos ocupantes às cadeiras do legislativo. As últimas eleições ocorridas no ano de 2016, conforme indica o gráfico de nº 05, fora o período onde houve o maior número de reeleitos, 04 no total. Porém, com exceção das eleições de 2012, os números de vagas para o exercício do mandato de vereador eram menores, 09 no total. Desta forma, se for levado em consideração este fator nesta perspectiva, concluir-se-á que não houvera uma alteração relevante no fenômeno aqui analisado.

⁸ As primeiras eleições municipais ocorreram no ano de 1992, um ano após seu desmembramento do município de São João do Araguaia.

Gráfico n° 05



Fonte: TRE-PA, organizado pelo autor.

De qualquer forma, o aumento do número de reeleitos na última eleição (2016) é então produto do fortalecimento do capital político dos vereadores reeleitos, sobretudo durante o mandato anterior. Observa-se, portanto, algum êxito das estratégias de conservação destes agentes políticos. Um outro elemento importante é que todos estes que permaneceram como legisladores são da base política do executivo, também reeleito. O prefeito atual, por sua vez, nas duas eleições que concorrera (2012 e 2016), obteve percentuais de votos significativamente superiores aos de seus concorrentes, obtendo 56% dos votos nas eleições municipais de 2012 (contra 23% e 21% dos votos obtidos por seus adversários) e 45% em 2016⁹ (contra 29,74% e 24,96% de votos obtidos pelos seus adversários) (TRE, 2019). A disparidade de votos obtidos entre o candidato reeleito e seus adversários é reflexo também da disparidade de capitais, sobretudo econômico. Isto porque o prefeito Pedro Patrício de Medeiros, vulgo Pedro Paraná, está entre os maiores empresários locais, além de ter sido vice-prefeito (2005-2008), fator que, sem dúvidas, proporciona-lhe destaque (capital pessoal de notoriedade e popularidade) superior à de seus adversários¹⁰. A relação deste fator com a também reeleição dos vereadores do mesmo grupo político no último processo eleitoral sãodominguense está diretamente ligado às estratégias de manutenção dos mandatos, facilitadas pela coalizão com o executivo, ou seja, pelo fato de serem base política do governo

⁹ Não há segundo turno no município devido o baixo número de eleitores (em média 15 mil eleitores).

¹⁰ Os seus três adversários durante as eleições que disputara para o cargo de prefeito era um microempreendedor, uma assistente social (e ex-vereadora) e uma pedagogo (ex-vice-prefeito e ex-secretário de educação do município).

municipal. Isto por sua vez facilitou a estes parlamentares reeleitos para o cargo de vereador o uso de recursos públicos para fortalecerem-se politicamente (maquinários, indicações para vagas de empregos, etc.), observa-se aí, portanto, uma forte aparição de relações clientelísticas, tanto entre o legislativo e o executivo (caracterizada pela concessão da máquina pública em troca de apoio parlamentar) como entre os vereadores reeleitos e seus eleitores e apoiadores, (caracterizada pela concessão de empregos em instituições públicas em troca de votos e apoio político). Este tipo de relação como estratégia política tende por sua vez a gerar mais acúmulo de capital político do que a reconversão de outros capitais, principalmente escolar, pouco valorizado no jogo político local.

Figura 2: Vereador Fernando acompanhando os trabalhos de revitalização de vicinais



Fonte: Facebook (página pessoal) 2017

Figura 3: Vereador Tutu acompanhando os trabalhos de instalação de bueiros



Fonte: Facebook (página pessoal) 2018

Conforme ilustram as imagens de número 02 e 03 onde são expostas a figura de dois vereadores reeleitos no último pleito eleitoral ocorrido no ano de 2016, o acompanhamento de obras públicas por parte de parlamentares da base é uma das principais estratégias na busca de visibilidade política, uma vez que esse tipo de ação supõe ao eleitorado uma atuação de forma ativa, e por tanto digna de apoio à sua continuidade. Este fator, por outro lado, é fortalecido pelo pouco acompanhamento da população local no que se refere aos trabalhos desenvolvidos dentro da câmara municipal, conforme ilustra a seguinte figura.

Figure 4: Vereadores atuando em sessão na câmara municipal são domingense



Fonte: João Pereira de Miranda (2018)

A oposição, dentro deste contexto, é a mais prejudicada. Sem um público significativo para mostrar suas atuações, já que está limitada aos trabalhos desenvolvidos dentro da câmara, possui menores possibilidades de adquirir visibilidade, e portanto capital político. Os argumentos dos parlamentares opositores correspondentes tanto ao primeiro mandato dos vereadores reeleitos quanto ao atual, evidenciam um certo descontentamento com a preferência e prioridade dada pelo executivo ao grupo de sua base. João Antônio (DEM), vereador da oposição, pronuncia o seguinte argumento:

[...] o problema, que a gente se depara é que os municípios necessitam, municípios pequenos como São Domingos, de muitas ações que são de cunho executivo, que a gente não pode fazer, que são reparos de avenidas, essas coisas. O legislativo nos dá essa liberdade para fazer através de requerimento, mas requerimentos são encaminhados ao executivo, e ele executa. Então nesse sentido *eu tenho diversos requerimentos, e aguardo que eles sejam atendidos, só que infelizmente não é atendido em todos* (grifo meu).

(João Antônio Pereira de Miranda, entrevista concedida ao autor em 05 em 19 de março 2019)

Marielza Cruz Alves, ex-parlamentar, argumenta de forma muito mais áspera ao atribuir sua derrota nas eleições de 2016 aos boicotes do executivo contra seus projetos durante o seu mandato de vereadora. Ela profere a seguinte fala:

[...] tu falaste de *requerimento –pra mim é uma das coisas mais inúteis que eu encontrei na vereança*. [...] O requerimento é um ofício onde eu falo assim: “–a vereadora fulana de tal *tá* pedindo pra você limpar a rua principal do Açaizal”. [Estalos com as mãos em sinal de negatividade] ninguém nem olha. Quando ver que é oposição [...] todos que se reelegeram foi em função do que eles tinham a oferecer, por ser aliados, ser base (grifo meu).
(Marielza Cruz Alves, entrevista concedida ao autor em 05 de abril de 2019).

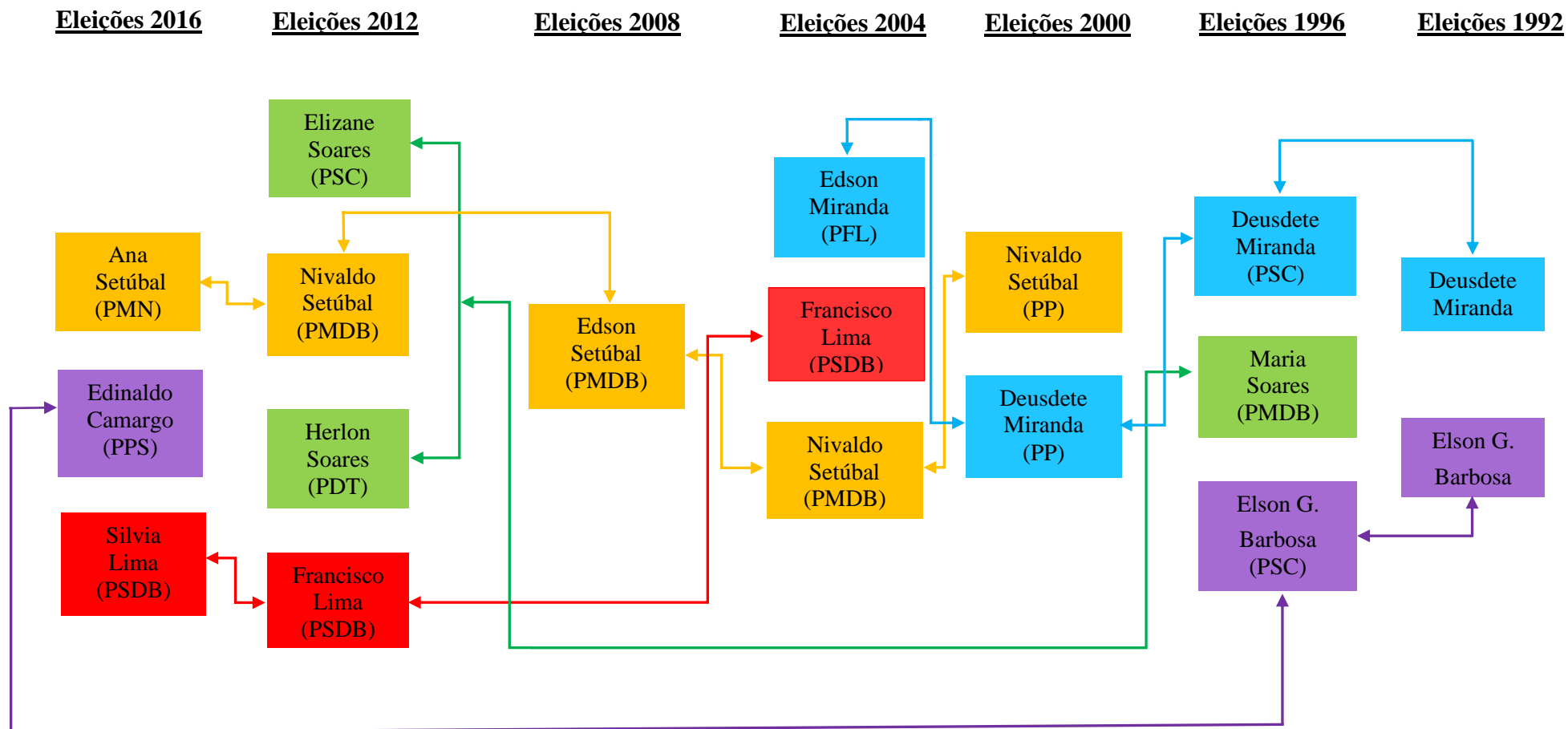
Nas observações realizadas durante as sessões na câmara municipal, o descontentamento da oposição é bastante evidente nas falas dirigidas da tribuna. A principal queixa, conforme os argumentos citados anteriormente, é em relação ao não atendimento dos requerimentos encaminhados pela oposição ao executivo municipal. Os opositores declarados e que estão exercendo mandato são apenas três parlamentares de um total de 11 vereadores, ou seja, um número bastante inexpressivo e que não se torna um entrave às ações realizadas pelo executivo municipal. A existência destes antagonismos políticos dialogam com a teoria bourdieusiana cuja proposição é a que há uma estrutura geral de todo os campos –a luta entre dominantes e dominados – em que os que ocupam posições dominantes são inclinados a defender o monopólio e excluir a concorrência, e o dominado lutando pelo direito de entrada, em primeiro lugar, e depois lutando pelas posições de elite no campo, seja através de estratégias de conservação ou de subversão (BOURDIEU, 2003).

Retornando à discussão acerca dos parlamentares reeleitos no pleito de 2016, um outro elemento que chama a atenção, além do fator político de serem base do prefeito (também reeleito no mesmo período), são os perfis socioeconômicos destes indivíduos. Assim sendo, dos quatro vereadores reeleitos, três são pequenos agricultores. Este fortalecimento do capital político de parlamentos camponeses está relacionado ao meio social em que estes atuam, ou seja, em comunidades rurais. Isto porque, diferente do meio urbano, as áreas rurais, ou melhor, as regiões de assentamentos, apesar de não concentrarem a maioria dos votos, permitem com maior facilidade a criação de “redutos eleitorais” – tanto pelo fato da pouca concorrência, uma vez que raramente em uma mesma comunidade dois ou mais indivíduos concorrem às eleições, como também pelo fato de que a atuação política em áreas rurais permite uma maior visibilidade política com menos recursos investidos – uma simples construção de uma ponte ou revitalização de vicinais, por exemplo, promove benefícios visíveis à boa parte das populações locais. Além disso, a ausência de concorrentes somada à aliança com o executivo, facilitam o controle sobre as instituições e serviços locais, ou seja, a prática de relações clientelistas.

Os dados apresentados antemão acerca da constante renovação do cargo de parlamentar na câmara de São Domingos do Araguaia dialogam com a tese de Bourdieu (2011) referente a instabilidade dos jogadores que jogam no campo político. Segundo o autor, mesmo que um determinado campo político alcance elevados graus de fechamento, ou seja, certa autonomia dos interesses dos profissionais em relação aos interesses dos profanos, ele não pode chegar ao extremo, pois os que estão envolvido neste jogo não podem jogar entre si sem fazerem referências aos de fora do jogo (profanos), os quais são aqueles em cujos nomes se expressam, e que – no regime liberal-democrático – deveriam prestar contas de tempos em tempos. Este é por tanto o limite da autonomia total do campo político –os profissionais dependem da aprovação dos profanos de tempos em tempos para continuarem no jogo. No entanto isto não equivale dizer que o campo político está reduzido aos interesses do “povo”, pelo contrário, assim como todo campo ele possui sua lógica própria de funcionamento, o que inclui interesses particulares de seus profissionais. (BOURDIEU, 2011).

Outra característica bastante relevante da política sãodominguense é a também instabilidade relativa no que diz respeito à permanência de determinados grupos familiares no legislativo, dificultando assim a formação de oligarquias duradouras na câmara. Porém, apesar desta instabilidade, alguns dentre estes grupos têm tido relativo êxito em alcançar cargos parlamentares na câmara municipal, ainda que em alguns casos não seja de forma sequencial, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico nº 06. Principais Famílias que ocuparam o Legislativo sãodominguense



Fonte: Dados do TRE/TSE
(2019), organização do autor

Como pode ser observado no gráfico, a família que atualmente tem representação na câmara e que por mais tempo estivera à frente do legislativo municipal são dominguense fora a família Setúbal. Este fator por sua vez está fortemente relacionado aos capitais que este grupo familiar acumulara dentro e fora do município e que foram sendo reconvertidos em capital político. Este processo de acumulação teve início ainda com o “patriarca” desta família, migrante nordestino e detentor de um vínculo bastante antigo com o município, onde durante anos fora comerciante. Em uma entrevista realizada com sua filha e atual vereadora, Ana de Souza Setúbal, obteve-se um breve relato desta trajetória familiar:

[...] o ano eu não estou lembrando, mas faz mais de trinta anos. E o porquê: meu pai lá [no Maranhão] *era um comerciante bem influente*. As terras lá de Mucuiba, que hoje é Senador Larroque era praticamente ele que sedia à igreja, *ele que era a representação política bem forte*. E foi naquele tempo da moda do Pará. E aí ele veio [...] voltou e disse que era muito bom e tal, era aquela questão da banda da castanha. E aqui ele colocou uma *budeguinha* como se chamava *né?* ali na vila São José, aí foi gostando... gostando... (grifo meu).

(Ana de Souza Setúbal, entrevista concedida ao autor em 28 de março de 2019).

Ainda durante a entrevista, a parlamentar faz menção aos seus familiares que ocuparam o cargo de vereador na câmara, assim como dos demais, sobretudo das atividades econômicas que desempenham na região. Destarte, ela dá sequência à entrevista com a seguinte fala:

[...] **Nivaldo Souza Setúbal**, o mais velho, [...] mexe na questão de lavoura e pecuária, já teve quatro mandatos¹¹ de vereador. Para mim é uma referência, onde com recurso próprio criou escola para alfabetizar. O Manoel Calixto de Souza [...] corretor; Linda Maria Setúbal também, é uma das irmãs mais velhas, [inaudível] mora na zona rural. E Claudiana, que é proprietária da farmácia Bom Jesus. O **Edson** também e José Roberto Setúbal, tudo do ramo do leite (grifo meu).

(Ana de Souza Setúbal, entrevista concedida ao autor em 28 de março de 2019).

A partir dos depoimentos supracitados, percebe-se que a família Setúbal possui uma razoável concentração de capitais distribuídos entre seus membros de forma individual, além do capital social que a família como um todo possui, “herdado” de seu “patriarca”. Este fator da distribuição de capitais entre os componentes familiar e a reconversão destes em capital político, por sua vez, possibilitou a eles a alternância no legislativo municipal e de forma

¹¹ Na verdade, foram apenas três. Pós a finalização da entrevista a vereadora faz ressalva a este equívoco.

contínua, de tal maneira que desde o primeiro mandato conquistado nas eleições municipais de 1996 nunca houve na câmara a ausência de algum dentre seus membros. Percebe-se aí não apenas o relativo êxito nas disputas eleitorais, mas sim também nas estratégias de conservação de capital político à perpetuação familiar neste campo. Um último elemento a ser mencionado, e que demonstra significativamente a força política da Família Setúbal, é o sucesso de suas estratégias de conservação, e consequentemente a estabilidade eleitoral. Dentro desta perspectiva, os candidatos dentre seus familiares sempre estiveram dentre os três mais bem votados, inclusive ocupando uma terceira posição uma única vez e em uma eleição marcada por um forte teor de renovação do legislativo, a saber, as disputas eleitorais de 2012, onde de forma inédita, não houve reeleição à câmara municipal.

De acordo com o gráfico nº 06, observado anteriormente, percebe-se que, com exceção da família Setúbal, os demais grupos familiares não possuem estabilidade na direção do legislativo, assim como também não possuem capital político distribuído entre seus membros assaz capaz de proporcionar um “revezamento” na vereança entre eles. Assim, quando algumas dentre suas principais lideranças não podem concorrer ao cargo de vereador ou aventuram-se na disputa pelo cargo do executivo municipal, o que ocorre na grande maioria das ocasiões é a perda da representação política da família na câmara.

Os números referentes aos níveis de reeleições como também relativos aos principais grupos que tiveram familiares representantes do legislativo municipal de São Domingos do Araguaia, somados aos dados acerca da morfologia social dos atuais vereadores e que indica uma maioria de origens socioeconômicas modestas (professores, funcionários públicos de baixo escalão, pequenos agricultores), apontam que não há no município o monopólio do campo político por grupos economicamente dominantes, e além disso observa-se a inexistência de fortes oligarquias. Este fator por sua vez não pode ser atribuído simplesmente à recente efetivação do município (ocorrida no ano de 1991), uma vez que, apesar disso, o seu povoamento tivera início em décadas muito anteriores (mais precisamente no início da década de 70), tempo considerável para uma possível constituição de grupos locais dominantes, detentores de capitais que poderiam ser reconvertidos em capital político ao monopólio e controle de acesso ao campo político local já durante as primeiras eleições municipais.

A questão da instabilidade do campo político de São Domingos do Araguaia, e no caso do legislativo, está muito mais ligado à ausência de grupos políticos consistentemente hegemônicos, e, portanto, também, à relativa paridade de capital político entre os principais

concorrentes aos cargos parlamentares. Neste sentido, a permanência constante de grupos ou indivíduos no campo político são domingueense, em específico na câmara, não tem sido algo recorrente, apesar de haver, como já mencionado antes, pequenas exceções. Isto aponta a existência de um campo político relativamente “aberto”, devido aos requisitos (capitais) mínimos de entrada não serem tão exigentes. Desta maneira, indivíduos de setores modestos da população local têm, recorrentemente, conseguido ingressar no poder legislativo municipal (diferentemente do que se passa no caso das disputas pela prefeitura). A vereadora Maria Verlândia Assunção (MDB), eleita em 2016, é um exemplo deste fator. Em uma entrevista ela descreve suas origens e trajetória, além do perfil social de sua família:

[...] minha infância, minha adolescência foram em zona rural [...] estudei sempre em escola pública [...] fiz até o ensino médio, fiz curso técnico em enfermagem, curso técnico em saúde pública [...] eu sou técnica em enfermagem há dezoito anos [...] sou concursada no município. Então eu tive iniciativa de ocupar o cargo público sendo vereadora, desde que eu vi que as coisas não são tão fáceis do jeito que a gente quer, quando a gente é só um funcionário público. [...] Meus irmãos, os homens, todos são vaqueiros. Ocupam... continuaram na verdade o exemplo de pai, né? – todos trabalham em zona rural. E as minhas irmãs, duas são *funcionária* do lar, uma trabalhadora rural, e uma hoje ela é professora. Eu sou evangélica, sou da Primeira Igreja Batista de São Domingo do Araguaia, aonde... mais ou menos uns dezoito anos.

(Maria Verlândia Alberto Assunção, entrevista concedida ao autor em 05 de abril de 2019).

Como pode ser observado, a parlamentar adentrou no campo político emergindo de um meio social modesto, a saber, do baixo setor do funcionalismo público, não sendo também oriunda de uma tradicional família de políticos. No entanto, graças ao capital social que adquiriu por meio de suas relações com instituições religiosas e com as quais exercera sua profissão de técnica em enfermagem, o parco acúmulo de outros capitais não se tornou uma barreira à sua entrada no campo político. Este fator da entrada de agentes sociais oriundos da “massa popular”, em tese, significa maiores possibilidades da representação dos interesses de setores socialmente desfavorecidos junto ao poder público.

2.4 Executivo Municipal: O Topo da Carreira Política Local

Como se sabe, o regime republicano federativo é a forma atual de governo vigente no Brasil e está estruturado na divisão dos três poderes tal como teorizada por Montesquieu – Legislativo, Executivo e Judiciário. No caso dos municípios, o papel deste último cabe as unidades federativas estaduais. Este fator, somado ao fato de o Judiciário não estar aberto às

disputas políticas eleitorais, faz com que ele não ocupe o centro das atenções no âmbito da opinião pública e dos principais debates de grande parcela da população brasileira. Por outro lado, o Executivo e o Legislativo, e aqui em específico no âmbito municipal, possuem maiores visibilidades, e estão constantemente permeados de disputas políticas mais imediatamente visíveis.

No que se refere ao grau de poder envolvendo o Legislativo e o Executivo, ainda que na teoria deva haver um equilíbrio, Neto (2007) enfatiza que no Brasil este último em grande parte dos cenários políticos tem tido muito mais força política se comparado ao primeiro. Isto porque, segundo o autor, não apenas a constituição de 1988, como as demais constituições republicanas, conferiram ao Executivo amplos poderes sobre a administração pública. Também para Abrucio (1998) um dos fatores que ocasiona o desequilíbrio entre o Poder Legislativo e o Executivo no âmbito estadual é o fato deste último exercer controle quase absoluto sobre os recursos financeiros e as instituições públicas estaduais. Desta forma, boa parte da dinâmica política gira em sua órbita, uma vez que os parlamentares necessitam de recursos para manterem seus redutos eleitorais, conservarem ou ampliarem seus capitais políticos. Ainda segundo o autor, a maior consequência disso é o enfraquecimento do Legislativo e, portanto, a inexistência, na maioria dos estados, de uma sólida oposição política em nível estadual.

Este fenômeno da supremacia do Executivo sobre o Legislativo também é observável no âmbito municipal, ainda que este possua suas peculiaridades. Os vereadores, assim como os demais parlamentares, também necessitam de recursos para manterem suas bases eleitorais, o que favorece a prática do clientelismo, e da mesma maneira como ocorre no âmbito estadual, há aí também um certo enfraquecimento da oposição. Este fator, como já mencionado antes, além de ter colocado o executivo no centro da política, também tem transformado tal cargo no grande “troféu” das disputas ocorridas dentro do campo político local. Assim, não apenas no caso dos municípios, mas também em todos os níveis do pacto federativo, a conquista deste posto exige muito mais acúmulo de capital político do que o legislativo, e neste processo, nem todos os profissionais do campo político estão aptos a disputá-los. Dentro destas perspectivas podemos então afirmar que o campo político está estruturado de forma hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal, assim, quem está na base, procura a ascendência. (MIGUEL, 2003). Ainda de acordo com este autor, “o cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O

Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal”. (p. 116).

No município de São Domingos do Araguaia, se por um lado são mínimos os requisitos à entrada no campo político por meio do Legislativo, permitindo assim a participação de indivíduos com um perfil social modesto na política local, por outro, o acesso a tal campo por meio da conquista do Executivo, seja ela por ascendência direta ou por uma “progressão” da carreira parlamentar, tem se mostrado muito mais exigente, ocasionando assim uma exclusão quase que automática de grande parte dos profissionais políticos sãodominguenses do polo dominado do campo neste processo de disputa. Apesar disso, nas entrevistas realizadas com os parlamentares atuais, fica evidente que o principal objetivo é alcançar o comando da prefeitura. Neste contexto, Fábio Nogueira (PDT), presidente atual da câmara profere o seguinte:

Assim amigo, na verdade, o político que chega em uma gestão e diz “eu não quero mais”, ele não é o verdadeiro político, porque o cara que entra na política ele tem que ter a matéria prima *né?* Ele tem que ter o sonho. Eu sempre digo, “o sonho é a matéria prima do político”, se ele não tiver o sonho ele não tem condições de olhar *pra* frente, por que quem não almeja? Eu almejei ser vereador, Deus me deu; de novo vereador... ***Penso em ser um prefeito? Quem não pensa, dos onze vereadores que estão aqui? Os onze pensam.*** (Grifo meu)

(Fábio Henrique Fernandes de Nogueira, entrevista concedida ao autor em 28 de março de 2019).

A fala do presidente da câmara ao considerar o cargo do Executivo municipal como o “sonho” da vereança local revela o quão difícil é alcançar tal objetivo mesmo quando o ponto de partida é a câmara, ou seja, mesmo quando já se é um profissional ativo do campo político local. E quando recorremos ao histórico das eleições municipais de São Domingos do Araguaia, comprova-se que, de fato, no campo político local, a trajetória do Legislativo ao Executivo é um percurso no mínimo árduo. Isto porque até hoje, na história do município, nenhum candidato a prefeito oriundo da câmara municipal conseguiu vencer as disputas eleitorais, ainda que tal candidato tivesse grande influência política como vereador. Os dois principais casos ocorreram nas eleições de 2008 e de 2016. Nesta primeira, um dos candidatos a prefeito fora Nivaldo Setúbal (MDB), três vezes eleito vereador e no qual em todas as disputas estivera dentre os três mais bem votados, além de fazer parte de uma família tradicional da política local¹², mas que no entanto obteve apenas 23,12% dos votos válidos

¹² Ver o organograma sobre as principais famílias que ocuparam a câmara de São Domingos do Araguaia (Figura X).

contra 36, 74% do segundo colocado Raimundo Souza Cruz Filho (PSDB) e 40, 12% do candidato eleito, Jaime Modesto (PDT). O outro caso envolveu Elizane Soares (MDB), ex-vereadora e a parlamentar mais bem votada em 2012 no município, e que no pleito de 2016 concorreu às eleições para o cargo do Executivo tendo como adversários o ex-prefeito Jaime Modesto¹³ (PDT) e o defensor do mandato Pedro Paraná (PPS). Apesar de ter alcançado uma segunda posição nas disputas, obtendo um percentual de 29, 74%, contra 24, 96% do terceiro colocado, tivera uma enorme diferença de percentagem de votos em relação ao prefeito reeleito Pedro Paraná, que obteve um total de 45, 30% dos votos válidos (TRE, 2019).

Das sete eleições ocorridas no município, cinco candidatos ocuparam o cargo no Executivo municipal, e fazendo uma breve análise de seus perfis, observa-se que os fatores (capitais) determinantes para suas vitórias eleitorais são diversos. O primeiro prefeito de São Domingos do Araguaia, Moisés Soares dos Santos, conhecido popularmente como Dr. Moisés, ocupou a prefeitura entre os anos de 1993 e 1996, e é um típico político tradicional, um homem oriundo de uma profissão liberal, e no caso, da medicina, que de forma exitosa convertera seus capitais simbólicos, oriundos de sua atividade profissional, em capital político. Segundo Bourdieu (1989), este fator é bem recorrente das profissões liberais, porque estas permitem, além de um tempo livre, o acúmulo de um certo capital cultural essencial ao domínio da retórica política, habilidade indispensável no campo político, pois “em política ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer” (BOURDIEU, 1989, p.185).

O segundo prefeito do município, eleito no ano de 1996 e novamente no ano de 2004, fora Francisco Fausto Braga (PSC), vulgo Chico Braga. Diferente do prefeito anterior, ele não era detentor de um capital cultural relevante, mas que, no entanto, possuía um capital econômico significativo dentro daquilo que é o potencial econômico do município. Do ramo da pecuária, Chico Braga se lançou a candidato fortemente apoiado pelo então prefeito Moisés Soares dos Santos, vencendo o candidato do PMDB, Francisco Coelho Frota, popularmente conhecido como Edson da Bhrama, futuro prefeito de São Domingos do Araguaia. Este por sua vez, microempreendedor e proprietário de uma serralheria, após duas candidaturas, vencera com uma percentagem de votos muito superior à de seu principal adversário, o ex-prefeito e candidato do PSDB Moises Soares dos Santos (61, 10%, contra 38, 77%,) (TRE, 2019). Esta vitória eleitoral ocorrera nas eleições de 2000, e pode ter sido ocasionada não apenas pelo fator do capital econômico, e sim também devido à sua

¹³ Jaime Modesto teve seu mandato entre 2009 e 2012.

“insistência” em seguir concorrendo, apesar das derrotas ocorridas nas duas eleições anteriores (1992 e 1996), uma vez que “uma derrota eleitoral pode representar avanço na carreira política, desde que a campanha tenha divulgado um nome antes menos conhecido ou firmado uma condição de líder da oposição. (MIGUEL, 2003, p. 117).

O quarto prefeito da história do município sãodominguense foi Jaime Modesto (PDT). Eleito no ano de 2008 e candidato pela primeira vez no município, Jaime como é popularmente conhecido, era um micro comerciante. No entanto sua popularidade não era tão oriunda de seus empreendimentos, e sim de seu envolvimento em eventos culturais locais (sobretudo as tradicionais serestas¹⁴), assim, ficara popularmente conhecido pela alcunha de “pé-de-poeira”. No entanto, seu capital político oriundo desta sua proximidade com o eleitorado local fora facilmente sobrepujado nas eleições que se sucederam em 2012 pelo capital político do comerciante local e ex-vice-prefeito Pedro Patrício de Medeiros, conhecido como Pedro Paraná (devido às suas origens no estado do Paraná). Este por sua vez obteve uma votação recorde no município nestas eleições, alcançando a preferência de 56% do eleitorado local, além de ter sido até hoje o único prefeito reeleito na história do município.

Dentro daquilo que fora discutido acerca da trajetória dentro do campo político de São Domingos do Araguaia, pode-se afirmar que o cargo do Executivo representa o apogeu da carreira política local e é por tanto o grande objetivo dos profissionais políticos sãodominguenses. No entanto, observou-se também que devido este fator, há uma exigência muito maior no acúmulo de capital político. Desta forma, grande parte dos aspirantes ao cargo se excluem automaticamente da disputa devido não possuírem capital político necessário, se não à vitória eleitoral, pelos menos à uma disputa satisfatória. E quanto aos que ocupam o legislativo municipal, há uma tendência muito mais voltada à defesa do mandato do que à tentativa de progressão da carreira política. Essa defesa de mandato por sua vez requer, conforme abordado no capítulo anterior, uma aliança com o agente social que ocupa a direção máxima do município, o prefeito e, portanto, que exerce controle sobre as principais instituições e recursos. Assim, o fenômeno político do clientelismo, comumente surgido nestas relações, tende a ser a principal estratégia de conservação de seus mandatos.

3 PROJETO DE ASSENTAMENTO VENEZA E O CLIENTELISMO NA ESCOLA NOVA VIDA

¹⁴ Cantoria ao vivo geralmente com auxílio de teclado.

3.1 A Formação do Assentamento

O município de São Domingos do Araguaia é um município com um número significativo de assentamentos, possuindo 14 no total, abrangendo quase metade de sua área, cujo tamanho é de 1.392,46 km² (IBGE 2010). A existência desses Projetos de Assentamentos contribui para o percentual de 34,05% da população rural do município (IBGE, 2010). Apesar destes números expressivos, Silva (2013) ressalta que ante das ocupações e dos assentamentos, o que predominava de fato eram as grandes fazendas e extensas áreas de castanhais. Desta forma, antes dos projetos de assentamentos havia uma grande área de floresta sendo dominada e explorada pelo latifúndio e oligarquias castanheiras. Após estes processos e conquistas centenas de famílias, até então desprovidos de terras, passaram a ter um meio de subsistência e conseqüentemente um meio de trabalho.

Dentre os 14 projetos de assentamento supracitados está incluso o Projeto de Assentamento Veneza, legalmente criado em 01 de abril de 1988 (INCRA, 2014). De acordo com um dos pioneiros do assentamento, o Sr. Benjamim Freitas, o processo de ocupação da área deu-se de forma “pacífica”, sem conflitos com oligarquias e grupos fundiários, porém, em decorrência dos conflitos ocorridos em outras localidades próximas, como foi o caso do massacre do P.A Ubá, ocorrido em junho de 1985 e que deixara nove mortos. Segundo este assentado:

[...] o PA Veneza foi uma coisa muito assim... porque naquela época que essas terras eram dominadas pelos rivais de Marabá, a elite de Marabá dominava os castanhais, e cada um tinha seu pedaço; essa parte da Veneza pertencia ao Vavá Mutran que era quase a parte maior da terra ocupada por o fazendeiro de posse de castanha. O Vavá era um deles. Quando foi na época que o Jader Barbalho passou a ser ministro da reforma agrária, ele era muito chegado do partido por causa do PMDB, e o Jader Barbalho achou de bem dá uma evolução ao Vavá, porque era muito conhecido, era uma família muito tradicional e eles se chegavam muito bem, por causa dos pais; eles apoiava e ele foi e entrou. Como presidente da reforma agrária ele tinha todo o direito, tinha força pra fazer esse tipo de coisa. Ele entrou com o Vavá, e ele já tinha um pequeno desenvolvimento já da agricultura familiar do Marabá, por causa duma invasão aí, já tinha dado muita morte por causa das invasão, e ele não queria ver esse lado; negociou com o Vavá Mutran pra ele ser candidato a deputado estadual, e por recompensa disso passar as terra pros movimento de reforma agrária, doado pelo próprio fazendeiro. O Vavá achou de bem que era bom pra ele, porque ele chegava a um poder mais executivo, mas alto.

(Benjamim Enrique Freitas, entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2015)

Na fala do entrevistado, o processo de abertura da área do então castanhal Veneza para o assentamento de famílias camponesas teria sido resultado de acordos políticos em um

momento de tensões e conflitos agrários nas regiões circunvizinhas e em meio à crise política e econômica das oligarquias dos castanhais. Nesta perspectiva, o então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Fontenelle Barbalho (MDB), teria feito acordos políticos com Osvaldo dos Reis Mutran, vulgo Vavá Mutran, membro de uma das maiores oligarquias que dominara o extrativismo da castanha na região do Médio Tocantins. Tais acordos consistiam em facilitar o processo de reforma agrária na região, em troca do apoio político à sua candidatura ao cargo de deputado Estadual. Para Barros (2006) esse processo de desapropriação de latifúndios promovido pelo ministro da reforma agrária em fazendas nas regiões sul e sudeste do Pará, apesar promover a criação de assentamentos, serviu também como um socorro financeiro a estes grupos que estavam em decadência econômica e política.

Após a desapropriação da área correspondente ao assentamento Veneza, deu-se início ao processo de ocupação e demarcação dos lotes, mediada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia junto ao INCRA. O tamanho da área de cada propriedade demarcada pelo o INCRA era em média de 50 hectares (10 alqueires), porém, diferentemente de outros assentamentos, a ocupação de fato do PA Veneza somente ocorrera depois de decretada a desapropriação, porque naquele período havia um clima de tensão nos castanhais circunvizinhos, o que gerava um receio muito forte de diversos posseiros em instalarem-se na área.

De acordo com um outro assentado, o Sr. Antônio João, morador do assentamento Veneza a mais de trinta anos, quando indagado sobre o processo de desapropriação e a criação do P.A, ele expressara-se da seguinte maneira:

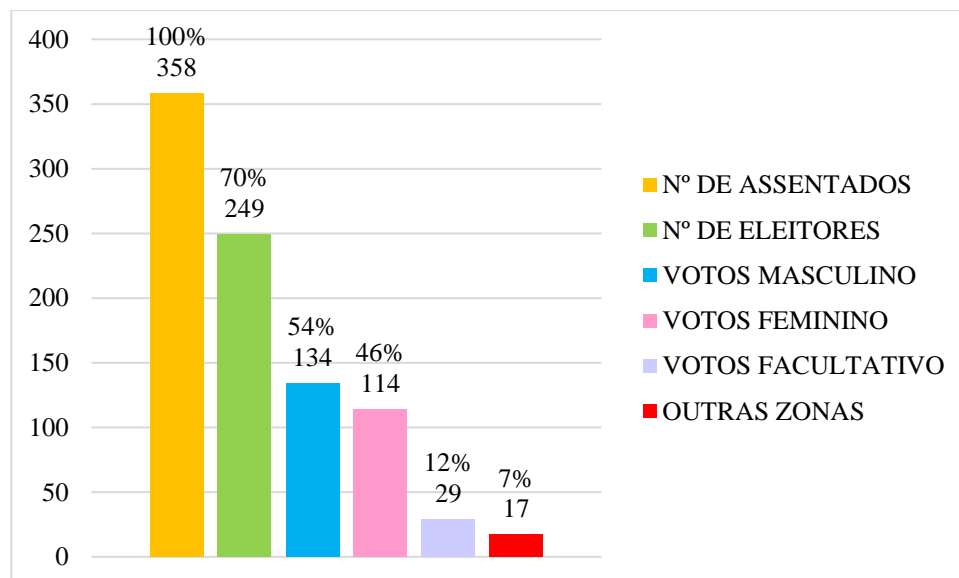
Eu acredito que foi o Jader Barbalho, ele era governo na época, com certeza ele que era a frente do negócio. [...] Foi, ele foi peça fundamental nessa desapropriação, principalmente aqui da Veneza e dessa região. Na época, se eu não bem a paz [ou seja, uma boa lembrança] na desapropriação, mas eu acho que foi na faixa *duns* 85, 86 [década] por aí, eu acho.

(Antônio João Moreno da Silva, entrevista concedida ao autor em 22 de março de 2015).

É unanimidade no assentamento a atribuição de méritos ao então ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Jader Barbalho, pelo processo de desapropriação e criação do assentamento Veneza. Os discursos e falas, sobretudo dos pioneiros da comunidade, são repletos de elogios e gratidão à sua figura. Silva (2013) também observa fatores similares no assentamento vizinho Paulo Fonteles. Segundo ele, os assentados desta comunidade ainda hoje fazem questão de proferirem apoio político a Jader Barbalho, independentemente de sua postura política.

Segundo dados não oficiais obtidos através das fichas de acompanhamento realizado pela Secretária Municipal de Saúde por meio de seus agentes comunitários de saúde, referente ao ano de 2019, o assentamento possui o número de 108 famílias e de 358 moradores. E conforme o gráfico n° 07, contém um público eleitoral de 249 votantes, 70% do total da população do assentamento, sendo que 54% são votos masculinos, 46% feminino, 12% facultativo e 7% de outras zonas eleitorais.

Gráfico n° 07. Eleitorado do Assentamento Veneza.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2019) (organização do autor).

De acordo com o senso do INCRA realizado em 2003, o P.A Veneza possuía naquele período 263 famílias, sendo assim, levando em considerações os dados das fichas cadastrais anteriormente apresentados, houve uma redução de 59% no número de famílias. Neste sentido, percebe-se então que o assentamento vem sofrendo uma intensa redução no número de assentados, ocasionado sobretudo pelo êxodo rural.

3.2 A Escola Nova Vida e o Clientelismo

Dentro daquilo que fora discorrido ao longo deste trabalho acerca do campo político de São Domingos do Araguaia, o presente subcapítulo tem como principal objetivo apresentar

um estudo de caso sobre o fenômeno político do clientelismo em uma comunidade rural do referido município. Dentro desta perspectiva, a seguinte abordagem terá como principal foco as ações estratégicas de conservação do mandato e aquisição de capital político de um parlamentar residente no Projeto de Assentamento Veneza. Neste contexto, durante as pesquisas do presente estudo de caso fora constatado que a principal instituição de ensino formal da comunidade representava a principal ferramenta de estratégia política da referida liderança local, que por meio de sua influência (uma vez sendo base do executivo), exercia controle sobre às indicações dos cargos públicos existentes na comunidade concentrados na sua principal escola, mantendo assim dentro dela, relações de cunho clientelístico.

A supracitada instituição de ensino formal é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Vida, que atualmente atende desde os anos letivos iniciais ao fundamental maior completo. Ela está localizada no Projeto de Assentamento Veneza, no Município de São Domingos do Araguaia-PA. De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (2015), a Escola Nova Vida fora construída no ano de 1995 na gestão do ainda então primeiro prefeito do município pós emancipação, Moisés Soares dos Santos. Em uma entrevista realizada com o professor Francisco da Silva, popularmente conhecido como “Macaxeira” e que atua como professor na comunidade desde 1997, obteve-se o seguinte relato sobre o histórico da escola em seus primeiros anos de funcionamento:

Devido a necessidade da comunidade na época, um homem chamado Luciano, que morava vizinho onde hoje é a escola, ele doou do seu lote aquelas duas linhas de terra que hoje *faz* parte da vila. [...] Nova Vida –esse nome foi idealizado pelo senhor Luciano. Para ele nossa comunidade teria uma nova vida a partir daquele ano. Quando eu cheguei, aproximadamente quarenta e cinco (45) alunos, e era dividido em primeira (1ª) e segunda (2ª) série na parte da manhã, e na parte da tarde era a terceira (3ª) e a quarta (4ª) série –ou melhor –manhã era o pré, a primeira e a segunda; a tarde era terceira 3ª e a quarta (4ª) série.

(Francisco da Silva, entrevista concedida ao autor em 02 de junho de 2018)

O baixo número de alunos na referida escola em um período em que o assentamento estava em pleno auge de sua densidade demográfica é explicado pelo simples fator de que havia na comunidade outras escolas em funcionamento, como era o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Neuza Menezes e a Escola do Sindicato, uma das pioneiras do assentamento. No entanto, a partir do declínio populacional do Assentamento, dera-se início ao fechamento consecutivo de escolas na região. Antônio João, morador a mais de vinte anos na comunidade, atribui o êxodo rural ao fracasso das instituições e organizações locais. Segundo ele:

A associação começou muito a *sacanear* os *pequeno*, aí dava muito mais incentivo pro grande de que pro pequeno. Aí nisso muita gente foi se *desgostando* disso e foi *vendendo* e *saindo* fora, por isso hoje tá *virando*, a maioria de fazenda, e as entidades que tinha aqui *dento*, que era a associação e que o governo quando elaborava um projeto, quando vinha chegar na mão do *pequeno*, já tinha ficado a maioria na mão das entidades.

(Antônio João Moreno da Silva, entrevista concedida ao autor em 22 de março de 2015).

A partir do ano de 2008, no mandato do Prefeito Jaime Modesto, dera-se início à desativação de várias escolas no assentamento. As causas proferidas na época do fechamento de escolas eram em decorrência do baixo número de alunos. Neste sentido, a solução encontrada fora a transferência de todos os estudantes do assentamento à Escola Nova Vida. A partir daí fora empregado o uso do transporte escolar, desnecessário até então, devido à pouca distância entre as residências dos estudantes e às escolas distribuídas nos perímetros das vicinais. Conseqüentemente, pós estes processos, a escola Nova Vida tivera mudanças em sua dinâmica de funcionamento, sobretudo no que se refere a ampliação do número de servidores, além da elevação do seu grau de importância, uma vez que passara a ser a principal escola do assentamento. Para Oliveira & Campos (2012) um dos aspectos mais contraditórios da educação do campo é exatamente estas ações de fechamento de escolas do campo. Segundo a autora, esta política permanece em boa parte dos governos estaduais e municipais, sobretudo decorrentes da nucleação de escolas e pela oferta de transporte escolares do campo à cidade. A consequência disso é a baixa produtividade dos alunos devido o cansaço ocasionado pela precariedade destes transportes e dos meios de acesso (estradas, vicinais, pontes etc.), assim como a distorção série-idade, uma vez que devido estes fatores mencionados, há grandes percentuais de evasão escolar.

Um outro fator coincidente com o período de decadência da educação escolar no assentamento, fora a também decadência de sua principal organização sociopolítica, a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Veneza (APAPAV). Presente desde os primórdios da comunidade e adjunta ao sindicato dos trabalhadores rurais do município, a APAPAV representava a coletividade e organicidade do assentamento, conforme ressalta o Sr. Benjamim Freitas, um dos pioneiros do PA Veneza:

Então quando surgiu a Vila [...] a primeira coisa que nós *fazia* era uma casa diretamente pra associação e *pras* coisas do sindicato. Hoje o sindicato caiu um pouco, não sei por que, e a associação também fracassara, e a coisa ficou mais diferente um pouco, mas até onde elas dominaram tinha um regime mais ou menos, um controle, a gente achava mais melhor, por causa do conjunto de pessoas que *tavam* juntas, discutindo todo tempo.

(Benjamim Enrique Freitas, entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2015)

Apoiada pelo sindicato local dos trabalhadores rurais, a APAPAV conseguiu captar para a comunidade uma série de programas e recursos governamentais, dentre eles projetos de habitação e créditos para agricultores assentados da reforma agrária, como fora por exemplo, o caso dos PRONAF's. No entanto, foi durante o andamento de um destes projetos que se iniciara sua decadência. Isso porque no ano de 2008, finalizada a primeira etapa do projeto de habitações àqueles que não foram contemplados nos projetos anteriores, dera-se início à segunda e última etapa do projeto. Foi neste contexto que, pressionada pelo INCRA, a APAPAV repassara antecipadamente toda a verba do projeto à construtora responsável pelas obras. Após este repasse de recursos, a empresa declarara falência, abandonando a construção das moradias. Depois do ocorrido, a associação entrara em débito com a Justiça Federal, ficando impedida de receber quaisquer recursos enquanto não reparasse os danos financeiros ocasionados aos cofres públicos. Devido a estas turbulências envolvendo a APAPAV, grande parte dos associados desligou-se da instituição, ocasionando seu fechamento no ano de 2010.

Com o fechamento da associação local, e portanto com o aumento das dificuldades em obter recursos públicos, sobretudo por meio do INCRA, o assentamento ficara muito mais dependente do governo municipal. A partir destes processos, a comunidade redirecionara suas atenções à política municipal, engajando-se em eleger candidatos ligados ao assentamento. O objetivo era obter melhorias para o assentamento, que em tese seria facilitada pela escolha de um representante político dentre seus membros. Este redirecionamento das atenções para os processos eleitorais do município resultou pela primeira vez em uma vitória eleitoral de um candidato do assentamento, ocorrida no ano de 2008 com a eleição para o cargo de vereador do candidato Luís Alves Reis, popularmente conhecido como Luís Paixão (PTB). Esta inquietação dos moradores do P.A Veneza –em sua totalidade formado por pequenos agricultores –a possuírem um representante, ocorre em virtude de que:

Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de serem falados. (BOURDIEU, 2004, p. 191-192).

A preocupação dos assentados quanto a representatividade política da comunidade pós o fechamento da associação local ficara evidente também nas disputas eleitorais que se procederam. Neste sentido, nas eleições municipais posteriores ocorridas no ano de 2012

houve novamente uma vitória eleitoral de um candidato vinculado ao assentamento. Principal concorrente do então vereador e candidato à reeleição Luís Paixão (PTB), Lazinho Almeida (PV), derrotado por ele nas eleições municipais no ano de 2008, revidara tal derrota nas eleições do ano seguinte, a saber, no ano de 2012. Dentro deste contexto, observa-se então uma luta política interna no assentamento pela ocupação do campo político municipal por meio da vereança, e será neste contexto que a principal instituição local, a escola Nova Vida, tornara-se a grande ferramenta de luta à obtenção e conservação de capital político, dando vida ao fenômeno político do clientelismo na comunidade.

Apesar do clientelismo ascender no assentamento Veneza após as eleições de 2008 com a vitória do vereador Luís Paixão, ele somente tivera grande expressão a partir da vitória eleitoral do vereador Lazinho Almeida em 2012, o segundo vereador eleito na comunidade. Este vereador exerceu com muito mais veemência o controle sobre os cargos públicos locais, concentrados na Escola Nova Vida. Segundo uma entrevistada, moradora da comunidade, fazendo referência à educação escolar local antes do mandato do vereador Lazinho iniciado no ano de 2013, obteve-se a seguinte argumentação:

[MORADORA]: Porque antes não tinha esse negócio. Tinha professores que eram diretores, pessoas mais estruturadas que tinha um nível maior de estudo. Hoje não, é diferente. Simplesmente pessoas que não *tão* preparadas para assumir direção de escola, dar aula. Aí fica difícil. [...] Ter um político em nossa área, em nosso assentamento é muito bom. Principalmente um vereador, porque um vereador a gente sabe que nos traz benefício. Mas quando o político intervém muito *num* cargo, numa coisa aqui que não é da alçada dele: aí já fica difícil, né? Porque no meu ponto de vista, vereador não é *pra* estar mandando e desmandando em escola, e sim *pra tá* lá representando a população.

[AUTOR]: Como sabemos, o vereador Luiz Paixão foi o primeiro vereador eleito na comunidade. Então nesse ponto você não tem muito a falar sobre interferência política na escola?

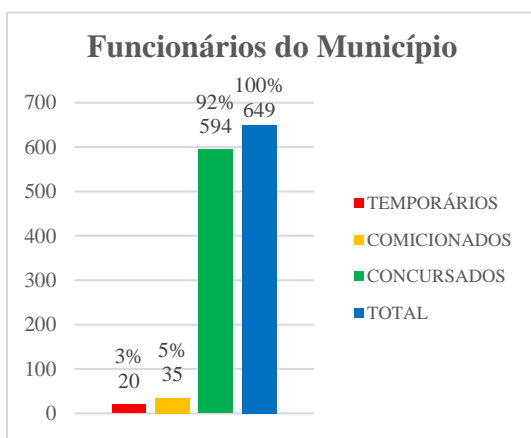
[MORADORA]: Não. Bem pouco mesmo. Que eu saiba ele nomeou só uma pessoa.

(Moradora do assentamento, entrevista concedida ao autor em 03 de setembro de 2019)

Apesar da ilegitimidade deste tipo de conduta mencionado na fala anterior, ela representa dentro do campo político local uma ferramenta essencial na obtenção e conservação de capital político, uma vez que os profissionais políticos “oferecem, em troca da legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda sorte de ajuda pública que têm ao seu alcance (cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações, etc.)”. (BOBBIO, 1998, p. 178). No entanto, essa espécie de “acordo” é na verdade forçado, pelo simples fato de que é a

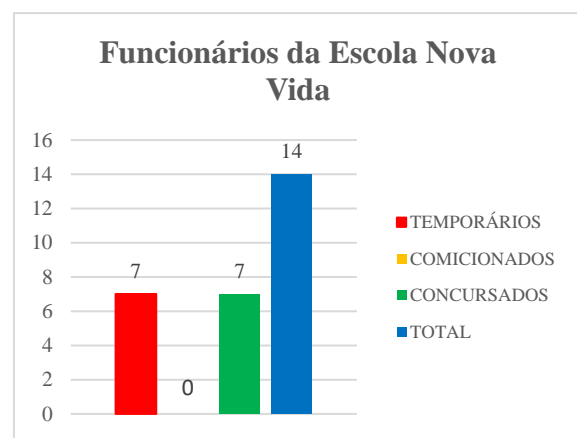
maneira mais viável de acesso aos serviços e recursos públicos, monopolizados por estes profissionais da política. Além disso, é uma troca injusta, pois tais recursos, em tese, já pertence a sociedade civil. No caso específico da comunidade Veneza, o fenômeno político do clientelismo fica evidenciado no número de funcionários temporários no setor da educação em pleno período de admissão de concursados, aprovados no concurso público municipal ocorrido no ano de 2016. Conforme mostra os gráficos seguintes, há na escola da comunidade um alto percentual de funcionários temporários na área da educação.

Gráfico n° 08



Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Gráfico n° 09



Fonte: Diretoria da escola Nova Vida

Comparando os dados supracitados com os de outras escolas existentes no município, a situação dos servidores públicos encontra-se expressivamente diferente. Isto porque os números de concursados supera significativamente os números de contratados, conforme indica a seguinte tabela.

Tabela n° 01: Amostra da Situação dos Servidores da Educação em São Domingos do Araguaia (Escolas Urbanas e Rurais)

ESCOLA	SERVIDORES	TEMPORÁRIOS	EFETIVOS
E.M.F. Sisnande Monteiro	19	01	18
E.M.E.F. São Benedito	12	03	09
E.M.E.F. Boa Esperança	08	02	06
E.M.E.F. São Francisco	23	03	20

E. M. E. F. Manoel Gonçalves de Moraes	23	02	21
E.M.E.F. Francisca Florentina de Medeiros	52	0	52
E.M.E.F. José Luiz Cláudio	58	01	57

Fonte: Autor

Levando em consideração os dados da referida tabela relacionados com os dados dos gráficos de nº 07 e de nº 08, fica então evidenciado que a Escola Nova Vida, em um grau muito mais elevado que as demais escolas referenciadas antemão, está inserida dentro de um contexto de relações clientelísticas, uma vez que, conforme ressalta Ana Maria de Barros (2002), a contratação temporária de servidores públicos no Brasil historicamente possibilitou a manipulação sobre o eleitorado, transformando desta forma a garantia de emprego em uma excelente maneira de manter o eleitorado fiel e submisso. Assim, a distribuição de cargos públicos, principalmente a nível municipal, favorece e possibilita relações clientelísticas. As escolas, neste sentido, devido concentrarem variados cargos (professores, serventes, vigiais, diretores etc.) findam por serem importantes espaços de disputas políticas entre lideranças políticas locais.

Mas apesar dos cargos públicos temporários possuírem uma maior instabilidade, forçando assim a submissão de seus servidores às relações clientelistas, a situação dos servidores concursados efetivados não lhes garante uma total liberdade, isto porque, apesar de estáveis, em caso de resistência, podem ocorrer boicotagens, dentre as quais às principais são a redução da carga horária (no caso de docentes que possuem “horas extras” e que tem efeitos sobre seus salários) e a transferência para localidades de difícil acesso.

Sem dúvidas, um dos fatores que fortalecem a submissão às relações políticas do tipo clientelística, assim como no caso do coronelismo descrito por Leal (1975), é a fragilidade socioeconômica dos agentes sociais. Estes, de forma geral, silenciados e em estado de desorganização, veem no seu quase único direito a “cidadania”, o voto, a possibilidade de acesso aos serviços públicos. E no caso dos servidores públicos da educação, em especial os docentes, um dos efeitos causados por esta submissão aos potentados políticos locais é o descompromisso para com a educação da comunidade em que atuam em prol de compromissos para com suas lideranças políticas, principais garantidores de seus postos de trabalhos. Inserida neste contexto, a educação formal na escola Nova Vida vem sofrendo uma

série de decréscimos, principalmente no que se refere a qualidade de ensino. Este fator fica constatado na insatisfação expressada pelos pais de alunos que residem na comunidade, como é o caso da seguinte entrevistada, mãe de um ex-aluno da escola, que profere o seguinte argumento:

Tanto falta estrutura, quanto falta principalmente professores. Os professores, alguns não são capacitados para dar aula. A maioria não são. [...] Já aconteceu caso aqui na nossa comunidade de vigia dar aula, servente ir para a sala de aula. Gente isso é inaceitável! [...] Porque aqui que eu saiba, ***a mulher do vereador é professora, eu não sei se ela é capacitada ou não. Eu não sei, ela é professora. Se eu não me engano a cunhada dele também é professora. A amiga de fulana, dele, também é professora.*** [...] Os professores a maioria são contratados. Se tiver dois ou três concursados aqui é muito. Então o que virou? Virou uma “panelinha” (grifo meu)

(Mãe de ex-aluno da escola Nova Vida, entrevista concedida ao autor em 09 setembro de 2019)

Como pode ser constatado nas falas citadas anteriormente de pais de alunos e moradores da comunidade, as principais causas das mazelas educacionais referente à comunidade Veneza estão relacionadas ao fenômeno político do clientelismo. Isto porque, dentro das perspectivas clientelísticas, o apoio político resultante destas relações entre a principal liderança local e servidores contratados aliados e ligados à comunidade, prevalece sobre as competências técnicas e profissionais. Assim, o que fica evidenciado no PA Veneza é o sacrifício de uma perspectiva de avanço da educação do campo na comunidade, em prol da conservação de mandato do vereador local. Da mesma forma percebe-se que tais fatores ocorrem também em grande medida devido à ausência de lideranças locais alternativas, devido ao êxito na “captura” do assentamento pelo respectivo parlamentar, facilitada sobretudo pelas condições socioeconômicas da grande maioria dos assentados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas no presente trabalho de pesquisa revelaram que o campo político de São Domingos do Araguaia, no que se refere ao Poder Legislativo, é constituído de agentes sociais oriundos da baixa camada social. Isto porque, estudos acerca de suas morfologias sociais, apontaram à uma predominância geral de parlamentares de origem migrante humilde sobretudo da região Nordeste do país. Outro elemento que também fortalece tal afirmativa refere-se as profissões e atividades econômicas exercidas antes de ocuparem a vereança municipal e o capital escolar acumulado. Destarte, ampla maioria empenhava-se em atividades de trabalho economicamente inexpressivas, assim como, apesar

de uma maioria possuir cursos de nível superior, não eram eles de perfis elitistas. Desta forma, os capitais políticos que adquiram não eram, pelo menos em grandes proporções, oriundos da reconversão de capital econômico e escolar, e sim das relações sociais que mantinham com o eleitorado, sejam nas comunidades em quem residiam ou nos postos de trabalhos em que atuavam. O aparente valor positivo da representação legislativa ser constituída por agentes sociais oriundos de camadas e setores populares é contradito pela posição subordinada do legislativo no campo político sãoominguense. Isto porque ele é na prática amplamente dependente do Executivo municipal uma vez que grande parte de seus legisladores dependem dos recursos controlados pelo prefeito para conservarem e adquirirem capital político, já que as atividades de cunho legislativo a nível municipal além de serem limitadas devido a posição dos municípios no pacto federativo (NETO 2007), é pouca atrativa a ampla maioria do eleitorado, que pouco acompanha os trabalhos da câmara municipal. Assim, não sendo de fato uma posição com amplos poderes, a vereança não é tão visibilizada pelas principais elites locais, que ao fazerem opção de entrada no jogo político local, a fazem por meio do Executivo, tornando-o muito mais elitizado e valorizado neste campo, logo também com mais exigências de capital político.

Um outro elemento característico do legislativo de São Domingos do Araguaia é a ausência de oligarquias predominantes no poder, tal qual a efêmera permanência dos vereadores na câmara. Com exceção da família Setúbal que está no legislativo há quase vinte anos, nenhuma outra conseguiu garantir uma permanência duradoura dentro do campo político local. Estes fatores são decorrentes da paridade de capitais entre boa parte dos concorrentes ao cargo de vereador, ocasionando assim uma constante renovação das cadeiras do parlamento municipal.

Em relação às reeleições à câmara municipal do município de São Domingos do Araguaia, apesar dos números apresentarem-se baixos em todas as disputas eleitorais, uma análise do último processo eleitoral observou que dentre os quatros reeleitos todos eram da base do executivo, também reeleito. Dentro destas perspectivas percebeu-se que esta relação mantida entre estes parlamentares e o referido prefeito facilitou a conservação de seus capitais políticos e, conseqüentemente, a conservação de seus mandatos. No entanto, por meio de análises bibliográficas acerca das dinâmicas da política brasileira, somadas às observações em campo, notara-se também o perfil clientelista de tais relações. A comprovação da existência do fenômeno político do clientelismo aparecera em um estudo de caso dedicado às análises das lutas políticas dentro de uma comunidade rural, o Projeto de Assentamento Veneza, onde

atua um dentre os quatro vereadores reeleito no último processo eleitoral. Tais análises revelaram que essa liderança política local tem se valido do fenômeno político do clientelismo como principal estratégia de manutenção do seu mandato, exercendo forte controle sobre as indicações aos cargos públicos existentes na principal instituição de ensino local, a Escola Municipal de Ensino fundamental Nova Vida. Sendo meramente político os seus critérios de escolha para o preenchimento destas vagas, tem-se observado um forte agravamento na educação escolar da comunidade. Desta maneira, não apenas por parte desta liderança local, mas também de todo o corpo político conivente com tais imposturas, fica evidenciado a falta de compromisso com a educação local. Assim, levando em consideração sobretudo os relatos dos pais de alunos e as diversas observações em sala de aula durante as etapas do presente curso, nota-se um processo de involução na educação campesina do Projeto de Assentamento Veneza, impossibilitando ainda mais uma transição evolutiva de uma educação no campo à uma educação do campo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

BARROS, Ana Maria de. O Clientelismo e a Política Brasileira na Educação Municipal no Nordeste. In: _____, **Clientelismo e Educação. Os Educadores e a Educação Municipal no Nordeste**. João Pessoa: Idéia, 2000. Disponível em: <https://www.ufpe.br>. Acessado em: 27 de out. de 2019.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Ciências Políticas**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BÖNEMANN, Patrícia Angélica. **Realidades das Escolas do Campo: Um Olhar Crítico Sobre Espaços Físicos, Descasos, Construção de Políticas Públicas e Proposta Pedagógica**. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **O Vereador na História do Brasil**. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.camaracascavel.pr.gov.br/pdf-escola-do-legislativo.html%3Fdownload%3D30:para-os-alunos-do-curso-ccm01->

[texto-sobre-historia-das-camaras-no-brasil&ved=2ahUKEwiA2qG47b7kAhUtLLkGHTNkCpEQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3Q7vWS_sSPMQ_dOoWP--mU](http://textosobrehistoriadascamarasnobrasil.ved=2ahUKEwiA2qG47b7kAhUtLLkGHTNkCpEQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3Q7vWS_sSPMQ_dOoWP--mU). Acesso em: 09 de mar. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro. v. 40, n. 2. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acessado em: 23 de fev. 2019.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo. Crise e Rearticulação das Oligarquias no Pará. **Revista Inst. Est. Bras.** São Paulo, n. 40, p. 51-68, 1996.

EMMI, Marília. Ferreira. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém, UFPA/CFCH/NAEA, 1987. 196 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

IANNI, Otávio. **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LENARDÃO, Elsieo. Neo-Clientelismo e Cooptação na Manutenção do Poder Político Local: Estudo de um caso. **Revista Mediações**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 41-56, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.1997v2n2p41> Acesso em: 29 de jun. 2019.

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil: Lúpen e Místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, Alfrânio Mendes Catani (Org.) et. al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis Na Eleição Para O Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

MONH, Paulo Fernando. Autonomia municipal, centralização e liberdade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 43, n. 171, p. 99-110, 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www12.senado.leg.br/ril/e-dicoes/43/171/ril_v43_n171_p199.pdf&ved=2ahUKEwiChMb37L7kAhWsILkGHdhLDVUQFjAAegQIBxAC&usg=AOvVaw3pINC7vXpXrxldgoZ2DP9xb. Acesso em: 12 de mar. 2019

MORBACH, Maria Conceição Bezerra. **As Perspectivas Políticas da Criação do Estado de Carajás a Partir do Ponto de Vista das Representações Parlamentares Municipais**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFPA, Belém, 2012.

NETO, Octávio Amorim. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. (Org.) ... [Et. al.]. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Airton do Reis. Colonização e conflitos na transamazônica em tempo da ditadura civil-militar brasileira. In: PEREIRA, Airton do Reis [Et al.] **Culturas e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental Brasileira**. 1. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.

SANTIN, Janaina Rigo; FAVRETTO, Mariana. Poder Local, Participação Popular e Clientelismo. **Revista Direito Estado e Finança**, Rio Grande do Sul, n.50, p. 126-148, 2017. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=349&sid=33>. Acessado em: 17 jun. 2019.

SILVA, Luiz de Oliveira. **Atores na Construção de um Território: Análise dos Perfis dos Assentados do Projeto de Assentamento (PA) Paulo Fonteles em São Domingos do Araguaia-Pará**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - PDTSA, Unifesspa, Marabá, 2015.

SOUZA, Nilene Ferreira Cardoso. **Expansão Urbana e Dinâmicas Socioambientais na Microbacia Hidrográfica do Igarapé Açaizal e Gabriel em São Domingos do Araguaia-PA, Entre 1980 a 2016**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - PDTSA, Unifesspa, Marabá, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/tres/clecio3.htm>. Acessado em: 23 de fev. 2019.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.